



ATA DA 163ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 22/10/2014, sob a presidência do Senhor Secretário Wanderley Meira do Nascimento, realizou-se a 163ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 162ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse do senhor **Júlio Cezar dos Reis**, como conselheiro titular, representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT, da SVMA.
3. Posse da senhora **Denise Soares Ramos** como conselheira titular, representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição sobre **Unidades de Conservação da Natureza na Cidade de São Paulo**, pelo Sr. Leandro de Oliveira Caetano, Diretor da Divisão Técnica de Unidade de Conservação, Proteção da Biodiversidade e Herbário.
2. Exposição sobre a **ECÓLEO – Associação Brasileira para Sensibilização, Coleta e Reciclagem de Resíduos de Óleo Comestível**, pela Conselheira Célia Marcondes.
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 162ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Bom dia a todos. Vamos dar início a nossa reunião, com a discussão e votação da Ata 162ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Senhores Conselheiros alguém tem alguma colocação? Então a **Ata da 162ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade**. Na sequência, **posse do senhor Júlio César dos Reis como conselheiro titular, representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, DECONT**, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Senhor Júlio? Parabéns. Uma salva de palmas para o Júlio. E **posse da senhora Denise Soares Ramos, como conselheira titular, representante da Secretaria**



de Estado do Meio Ambiente, que hoje não pôde estar presente, e tomará posse na próxima plenária. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Secretário, por favor.

Secretário Wanderley: Bom dia a todos. Eu vou abrir, evidentemente, a sugestão, mas é que já tenho uma de pronto. Bom, todos vocês sabem que o Plano Diretor foi recentemente sancionado. E agora inicia-se a discussão do zoneamento. Eu achei, por bem, que eu acho que este fórum seria de fundamental importância ouvir aqui, SMDU, as discussões que estão acontecendo nesse momento. Até para vocês sugerirem e tudo. Então vai aqui a proposta da gente receber a SMDU aqui na próxima reunião, para discutir a lei do parcelamento de uso e ocupação do solo, sobretudo o zoneamento. Que a maioria das pessoas acham. O Plano Diretor, claro que é um marco regulatório de fundamental importância. Mas eu, como arquiteto, eu diria que o zoneamento, ele é mais importante ainda. Que na verdade é ali que fecha mesmo as diretrizes, e determina o espaço e o território na cidade. Então acho que este fórum aqui, eu coloquei na reunião lá com os Secretários e o Prefeito, que iria trazer para cá, pela importância do fórum. E todos concordaram, evidentemente. Ainda nesta fase aqui, eu vou pedir também, a aprovação dos senhores, que foi uma sugestão da Conselheira Cristina, do ODM, que é Objetivo Desenvolvimento do Milênio, para que a gente concedesse, uns cinco, dez minutos, para um representante da Secretaria Geral da Presidência da República, que gostaria de tecer algumas considerações aqui, neste fórum. E como tem uma agenda fechada, e essa agenda é dos senhores, que votam, então também vou colocar aqui, não em votação, mas se todos concordarem, permaneçam sentados, para que ela faça aí, suas considerações. Bom, eu aproveito sempre este fórum para até mesmo dar satisfação para alguns encaminhamentos que a Secretaria tem feito, e assim a gente pretende continuar. Então, eu acho que em relação à questão do zoneamento é de fundamental importância, porque têm alguns pontos, com certeza, pela cidade de São Paulo, pela magnitude, pela importância, têm alguns pontos que vão ser polêmicos. Sobretudo quando você discute aí, as mudanças que já estão previstas no Plano Diretor em relação às áreas verdes, em relação aos padrões, como é que vão ser os parâmetros de decisão, para as cotas ambientais, que é uma questão nova no Plano Diretor de São Paulo. Tem a questão das zonas industriais. Há pouco, eu ainda fiz uma observação em outro fórum, porque antes de se discutir zoneamento da cidade de São Paulo, tem que se discutir o que a gente quer para a cidade de São Paulo. Aí depois, vem a discussão do zoneamento. Porque têm algumas áreas na cidade de São Paulo, que hoje são áreas mistas, que no passado eram áreas industriais. Já conhecidas. Tem ali a Leopoldina, você tem Santo Amaro. Precisamos discutir se ainda tem essa vocação hoje, e se ainda cabe. E que tipo de indústria. Eu acho que também, a gente tem que começar a tipificar a indústria aqui no perímetro da cidade de São Paulo. Então daí a importância de se discutir o zoneamento aqui neste fórum, que eu tenho certeza que vocês vão colaborar e muito. Outra questão que eu gostaria de colocar aqui, que os senhores pronunciassem, no momento adequado, até para ajudar a gente a ter massa crítica, formar opinião sobre isso. Bom, há pouco eu encontrei com o promotor de justiça da cidade de São Paulo, para tratar de outro assunto, que é assunto do dia a dia da Secretaria,



que ele acompanha bem de perto. E eu fiz uma observação para ele, que um dos maiores crimes ambientais estava acontecendo na cidade de São Paulo não eram pulverizados. Chama-se Cantareira. Chama-se Rodoanel. Não é a obra do Rodoanel. Veja bem. Ninguém aqui está criticando obra de Rodoanel. Rodoanel é de fundamental importância para a cidade, e não tem milagre. Você tem que desmatar, mesmo, para por, no local, o leito carroçável. E tem que existir o Rodoanel na cidade de São Paulo. Até para a mobilidade urbana e tudo. Mas esse não é o problema. Aí vai até mesmo uma informação para os senhores: primeiro, a Secretaria do Verde sequer tem uma página sobre o licenciamento da Cantareira. Por que isso? Porque o licenciamento não foi feito lá. Ele foi feito no estado. E eu não estou fazendo juízo de direito também do licenciamento. Só que eu não conheço o licenciamento. E as compensações ambientais, muito menos. Eu não sei como foi feito, em que momento foi feito, e quanto compensou. Não conheço. Eu desconheço. E eu sou Secretário do Meio Ambiente. Então eu faço aqui, essa observação. O que a gente conseguiu, a duras penas... conseguiu não. Estamos prestes a conseguir. Não conseguimos ainda. É reativar o Comitê Gestor para pelo menos, verificar se no EIA/RIMA, que para mim, deveria estar presente, se foi feito o EIV. Porque caberia, pelo estatuto da cidade. Porque o que está acontecendo hoje, lá no dia a dia, é que a população reclama de... imagina, as ruas que nem ônibus passavam, agora passam carretas de 30 toneladas. Então não preciso dizer como é que está o asfalto e o piso. É um buraco só. Tem rua que não tem mais o asfalto. E sem contar com a poeira, o barulho. Há pouco, teve um munícipe, que ele foi internado na UTI, porque as explosões de dinamite estavam acima da média. Enfim, todos esses problemas deveriam dar conta pelas ações mitigadoras contidas no EIA/RIMA. Como a gente não conhece o EIA/RIMA, a gente nem consegue cobrar. Então agora a gente está conseguindo retomar a discussão para tentar montar um Comitê Gestor, que está presente, segundo a própria Dersa, está presente no EIA/RIMA. Com assento da Dersa, com assento da Secretaria, para que a gente faça o acompanhamento dessas ações mitigadoras. Eu, voando sobre a Cantareira, a vontade que tenho, de primeira vista, é chorar. Porque não é o problema do desmatamento do leito carroçável. E que também, a maioria dos paulistanos não consegue entender porque pela dimensão e pela perspectiva, quem olha do bairro, não consegue ver, mesmo. Só dá para ver de helicóptero. Então uma coisa é o desmatamento do leito carroçável. Outra coisa é o desmatamento a montante. Se por um lado é bom, porque existia uma série de ocupações ali, irregulares, que não eram barracos de madeira, de alvenaria, e que a Dersa, claro, tomou a medida de derrubar todas as residências. Mas ela também não recolheu os escombros. Então quem olha de cima, parece uma Faixa de Gaza. Parece que você está no meio de uma guerra. Então primeiro, eu acho que não pode deixar aqueles escombros lá. Eles têm que ser removidos. Tem que deixar o solo exposto, preparado para fazer o readensamento arbóreo. E a gente defende que o readensamento arbóreo não deva ser feito ao final da obra. E sim, concomitantemente com a obra. Ou seja, a cada um quilômetro, dois, vai ter que fazer todo esse readensamento. Sob pena de voltar uma outra ocupação, pior do que está hoje. Então têm uma série de medidas que têm que ser tomadas. E a gente está com muito cuidado em relação a isso. O prefeito, ele



ênfatiza muito essa questão. Eu estou só falando hoje, porque a eleição já é agora. Ela é quarta-feira, e isso aqui é um fórum fechado. Eu não faço essa discussão para fora. Vocês não ouviram, em nenhum momento, essa discussão na imprensa. O prefeito não quer mesmo, partidarizar essas questões. Ele ênfatiza para a gente, no dia a dia. Assim como também, ele não partidarizou a questão da água. Que poderíamos ter partidarizado. Mas ele incumbiu a gente, que ele não quer essa discussão para fora. Para não ficar com a pecha, depois, que a gente está fazendo política barata. Mas agora, não tem mais como. A gente vai ter que discutir, mesmo, essa questão. Não tem como. Eu acho que a cidade de São Paulo não merece isso. Nós queremos saber como é que foi essa compensação. Quanto que é essa compensação. A última compensação que foi da Marginal, ela não foi paga até hoje. Se a Marginal não foi paga, você imagina quando que pagarão a do Rodoanel Norte. E quanto. A da Marginal foi 63 milhões. Que eu também não sei os parâmetros, não sei como chegou lá. Mas enfim, pelo menos, eu tenho um número. São 63 milhões. Há pouco, eu estava falando com o prefeito, se a Marginal foi 63, foi uma obra de... vamos dizer, de reforma, ou seja, de readequação do traçado geométrico, que não é uma obra de estrutura pesada, não é uma obra nova, foi 60 milhões. Você imagina quanto seria, então, o Rodoanel. Eu falei para o prefeito, fazendo uma conta de português, com lápis na orelha, no mínimo, 3, 4 vezes esse valor. Isso representa duas, três vezes, o orçamento da própria Secretaria. É muita coisa para se fazer para a cidade de São Paulo. Mas enfim, nós não sabemos o quanto que foi, em que condições foram feitas esses licenciamentos. Isso ocorreu por ocasião, aqui na cidade de São Paulo, que tudo isso está muito bem oficializado. Está por escrito. Que foi feito um convênio na época do Serra, que era para tratar desses assuntos no âmbito do governo. É por isso que foi para lá, também, a questão do licenciamento, etc. Agora, o que eu coloquei para o Lucci, o promotor de justiça, que ele ficou com os olhos bem acesos, e se prontificou a voar comigo, e trabalhar junto nessa questão, eu coloquei para ele assim: doutor, eu não sou do ramo. Mas eu acho que foi cometido ali, um ato, inclusive, inconstitucional. Ele falou: Por quê? Olha, eu nunca vi uma compensação que não seja feita no território, e discutido com o território. Isso feriu, inclusive, o princípio do pacto federativo. Como é que você discute uma compensação de um ente federado no outro ente federado, e nem tem assento, ninguém, para discutir essa questão. Então me parece que aí feriu sim, o pacto federativo. Mas enfim, eu vou voar com o promotor. E ele quer ver de perto. Eu mostrei uma série de fotos para ele, mas ele quer voar, e quer ver, de fato, o que aconteceu. E se prontificou a trabalhar junto com a gente. Para finalizar, assim, eu acho que esse fórum aqui, ele já era importante. Mas, algumas pessoas que eu acho que não percebem. Mas ele deva ser cada vez mais importante, não só para a cidade de São Paulo. Eu acho que mais importante também, para o país. O que se faz em São Paulo reflete no país inteiro. Há pouco, eu não vi nas últimas reuniões, eu estive em Córdoba representando o prefeito, cuja pauta era de mudanças climáticas. E para minha surpresa... eu até fiz uma brincadeira. O Macre esteve lá no segundo dia. E quando eu voltei, fiz uma brincadeira com o prefeito. Falei: prefeito, quando o Macre começou a falar, eu pensei que era você que estava falando. Porque o discurso é o mesmo. Inclusive, na



mesma ordem. O Macre falou de marco regulatório, ele falou de ciclovia, ele falou de trocar as lâmpadas de LED de Buenos Aires, ele falou dos corredores, e falou dos parques. A mesma coisa, na mesma ordem. Eu, brincando com o prefeito, mas enfim, brincando aqui também, mas já dizendo que: não importa, independe da vontade dos políticos. A pauta é essa. A pauta é mundial, é a sustentabilidade. Não tem como. Isso, de diferentes matizes de partido. Pode ser conservador, pode ser progressista, pode ser liberal, o que for. Não importa. A pauta está dada. E a pauta no mundo, é a sustentabilidade. Muda só o jeito de se fazer uma coisa ou outra. Mas essa é a pauta. Independentemente da vontade dos nossos políticos. E é por aí que eu acho que o barco, inclusive, a marca de governo do prefeito Fernando Haddad com certeza, será São Paulo sustentável. Quando eu falei isso para ele, eu falei: você já criou a marca. E legal, porque essa marca não foi criada por marqueteiro. Não foi criada dentro de gabinete. Ela foi gestada no dia a dia. Na prática. E todas as suas ações levam para isso. Então vai aqui essa observação. Da importância desse fórum, inclusive colaborar para São Paulo, e para o país e para o mundo. Que eu nunca vi também, tantos seminários acontecendo com essa velocidade, e muito propositivos. Que antes você fazia aqueles seminários que eram muito mais para viajar, descansar... Não é mais isso. Têm propostas. E as propostas andam. Em Córdoba, eu tive a oportunidade de fazer algumas propostas, que a maioria estava fazendo relato do que acontecia em cada município. Eu pensei comigo, vou mudar um pouco aqui, a rota aqui desse debate. Comecei a propor algumas coisas. Por exemplo, fiz uma provocação, mas como proposta, eu achava um absurdo, até hoje, não ter um Comitê Gestor do Aquífero Guarani. Dos países que compõem o Aquífero. Isso aí é um absurdo. Como é que você tem o maior Aquífero do mundo, e você não tem um Comitê Gestor representando aí, o Brasil, Uruguai, Paraguai e a Argentina. O que deve conter nesse espaço aquífero, como é que é o uso sobre esse espaço. Enfim, sobretudo agora, nesse momento de crise hídrica. Então, foi muito bem aceito essa questão, e foi colocado na pauta, e foi aprovado. A outra questão foi aprovar também, um mecanismo, um conselho de recursos mundiais. Que não seja só banco. Que os países depositassem um valor X para obras de recuperação ambiental no mundo. Tipo um FEMA nosso, um fundo de meio ambiente, internacional. Outra questão também, falou-se bastante do lixo, muito assunto do lixo. E eu fiz a observação que todo mundo faz, dos lixões a céu aberto, mas todo mundo também esquece do lixão ao mar aberto. Que o maior lixão hoje, do planeta, não está na terra. Está no oceano. Que é na confluência das correntes marítimas, ali no Pacífico. E que também não tem nenhuma medida do âmbito internacional, de colocar recursos, chamar todos os países envolvidos para tomar uma providência, e fazer o manejo e também fazer a recuperação e a retirada desse lixo. Porque ele não vai sair de lá. Que ali, ele está na confluência das correntes. Como redemoinho. Não sei se vocês já ouviram esse assunto, mas todas as correntes vão para um mesmo lugar no Pacífico. E ali faz uma espécie de redemoinho. E o lixão do mundo está ali, hoje. Está no mar. Então eu fiz também essa observação de começar a discutir essa questão, e envolver os países todos, para tomar uma medida rápida, de fazer um grande mutirão, para remediação desse problema no Pacífico. Eram essas as observações. E em relação à SMDU, então é para



aprovação de vocês. Se vocês concordarem, (incompreensível). Com certeza, o Fernando virá aqui, fazer as exposições. Então vou dar início agora ao trabalho.

Cons. Ivo: Até aproveitando um pouco da fala do Secretário, na zona Leste, também está ocorrendo isso. Que a questão do Rodoanel, complemento da Jacu Pêssego com a ligação do Rodoanel, sobra de terreno da Dersa, que está incentivando habitações irregulares. Mas os assuntos principais são dois: a questão do Parque da Conquista, que nós voltamos a ter novamente, invasões, agora. Nós não temos nada contra. Muitos bolivianos estão querendo se situar dentro do Parque da Conquista. A subprefeitura tem feito o prometido, inclusive esses dias foram retirados 70 veículos, e hoje estava programado mais 50. Mas a gente está preocupado com essa questão da saída do Carlos Cavalcanti. E muita coisa que foi prometido na reunião com a comunidade, que era parte da Secretaria fazer, não está sendo feita. E outro seria o Cipoaba, que foi falado aqui. Que está no Ministério Público. Mas os moradores, eles querem uma reunião com a Secretaria. Se a Secretaria pudesse ir lá na subprefeitura, estar recebendo uma comissão deles, para esclarecer como está a questão do Cipoaba. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Questão de ordem, sugestão para inclusão na pauta dessa reunião. Nós acatamos a sugestão da Palmieri, e agora, se não houver mais nenhuma sugestão de pauta nessa reunião, nós vamos dar sequência na ordem do dia.

Secretário Wanderley: Então primeiro ponto aqui é a exposição da unidade de conservação da natureza da cidade de São Paulo, pelo Leandro. O nosso Leandro do DEPAVE 8, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Leandro: Bom dia a todos. Senhor Secretário, senhoras e senhores Conselheiros aqui do CADES. É um prazer enorme estar aqui. E falar sobre esse assunto, que com tanta paixão, a gente trabalha lá no DEPAVE 8, que são as unidades de conservação do município. Criadas e geridas pela prefeitura de São Paulo. Nós temos outras unidades de conservação aqui na cidade de São Paulo, mas eu vou falar especificamente sobre as municipais. Eu só queria pegar três ganchinhos aqui do Secretário. Ele falou: a cidade de São Paulo não merece isso, em relação a algumas questões, crimes, inclusive, estão sendo feitos aqui na cidade. O Secretário também falou que o que a gente quer para a cidade de São Paulo... foi uma pergunta que ele colocou, que eu achei que é bem pertinente para a minha apresentação aqui. E também, finalizando a pauta do mundo é a sustentabilidade. E eu complementaria, dizendo que a pauta para a sustentabilidade é a proteção da biodiversidade. Essa é a...

Secretário Wanderley: E que você vai representar o Brasil e a gente em um grande Congresso.

Leandro: Acabei de voltar. Voltei ontem.

Secretário Wanderley: Acabou de voltar.



Leandro: É. Na Coréia. Estava na Coréia. Estava na COP 12, na Coréia, em um evento sobre a proteção da biodiversidade. Cheguei hoje. Estou até meio confuso. O horário meio invertido, ainda. Mas eu agradeço o espaço, e vou fazer uma apresentação não muito longa. Apesar do tema ser bem cativante, eu gosto muito de trazer esse resgate histórico porque eu acho que como seres históricos que somos, se a gente não agir, não pensar sobre as nossas ações, a partir de um ponto de vista histórico, a gente acha, ou pelo menos tende a interpretar alguns fatos como dados, e não como reflexos de alguma situação. E por isso, eu gosto muito dessa imagem. Que ela trata o início aqui, da nossa cidade. A gente tem aqui embaixo, o Rio Anhangabaú. Lá em cima, o Tamanduateí. E aí, você... a vilinha aqui, iniciou. E já, de uma forma, lá no século XVI, dessa de seleção. Seleção, quem vai viver ali dentro, proteger através de uma vila forte, quem vai viver ali dentro daquela grande área, e expulsar para fora o que é indesejado. De lixo, esgoto, até pessoas. Sempre uma dinâmica, que é o que marca muito esse crescimento da nossa grande cidade, e a expansão dessa mancha urbana, de uma forma... Porque aí, em uma situação como essa, você cria condições, quase que um laboratório social de procriação e crescimento, porque são condições ideais, e não paramos de crescer em todos os sentidos, inclusive, por exemplo, pela busca de água. Quais os mananciais que a gente vem, ao longo do tempo, buscando água. Hoje em dia, esse círculo azul que é de 2005, tem 10 anos, isso já extrapolou muito esse lugar que a gente está buscando água. Já em lugares nunca antes imagináveis, inclusive no Vale do Ribeira, agora, vai ser a próxima, 7 m³ por segundo, tirado lá do São Lourenço. E pensar São Paulo a partir de uma imagem como essa. Uma região metropolitana, sem muitos limites definidos para a gestão, apesar de tê-los. Mas a gente trabalhar com os 39 municípios da região metropolitana, de certa forma, e São Paulo, o maior deles, ali no centro. É também um dos aspectos que a gente tem que trazer para esse resgate histórico. Pensando na megametrópole. Sabendo que a gente está aqui, enquanto a macrometrópole paulista, com ¾ da população do estado de São Paulo vivendo na macrometrópole. A gente tem um cenário, também, que não pode escapar disso. Que é justamente, essa grande área que se expande aqui, que forma a macrometrópole, e que tem uma influência direta na cidade de São Paulo. E trabalhar as questões mesmo de produção de biodiversidade, produção de água, sem analisar esse contexto, e proteção das unidades de conservação, sem a gente analisar esse contexto, também é desperdício de energia, de certa forma. Então as imagens que mais marcam a nossa cidade atual, é alguma certa verticalização, bem exclusiva de algumas regiões, mas o espraiamento da ocupação de unidades de unifamiliares, e sempre valorizando, de certa forma, e exigindo os serviços, e aqueles que não têm condições de estar aqui, a gente vai expulsando para os mananciais, principalmente, ao longo da história. A Olga, que trabalhou desde o início da área de processo de mananciais sabe muito bem do que eu estou falando. E questões muitos presentes no nosso dia a dia. Trânsito, lixo, poluição do ar, reservatório de água, porque muito me preocupa, quando eu escuto em alguns lugares que eu tenho estado agora, principalmente esse seminário sobre a questão de água, ainda ver a empresa que vende água para a gente, tratar produção de água a partir de um olhar simples, de



armazenamento. É captação e armazenamento. Se chover, ok. Se não chover, busca onde quer que seja, mas isso é produzir água. Aí, do ponto de vista da biodiversidade, pelo menos do nosso trabalho, produzir água é algo um pouco diferente disso. E enfim, muitos recursos que são extremamente necessários de adequação das condições, principalmente do nosso núcleo urbano, que eu não estou aqui fazendo uma crítica. É simplesmente uma constatação de que a gente deve continuar, e acho que são complementares, as ações que são, de certa forma, organizadoras dessa situação que a gente chegou. Que são importantes. Tem a questão de mobilidade, a coleta seletiva, a parte de segurança, que a gente tanto reforça aqueles muros lá da Vila de Piratininga. Mas que não deixa de permanecer o nosso olhar, muito voltado para dentro dessa área que era cercada lá no século XVI. Então a gente está em pleno século XXI, e não mudou muito o olhar lá do século XVI. E esquece das regiões de entorno. Esquece um pouco da onde é que a gente... que vão ser providos os recursos para a nossa sobrevivência, e essas áreas ficam condenadas, e são nessas áreas aonde eu trabalho, no DEPAVE 8. Por isso que eu faço um pedido até caloroso para esse fórum, que eu acho um fórum extremamente importante. A gente tem reunido aqui, uma diversidade de pessoas que atuam em diversas áreas, principalmente do poder público, e da sociedade civil, com força, com peso. Então a minha apresentação aqui é muito baseada em um pedido mesmo, de ajuda, de colaboração, de trabalho conjunto. Eu deveria ter feito essa apresentação, não sei se vocês vão recordar, estava na pauta da reunião passada, antes da apresentação da SOS Mata Atlântica, em relação ao Plano Municipal da Mata Atlântica. Talvez por isso, eu não tenha apresentado. Tenha gerado certo ruído. Porque eu iria falar muito sobre a questão do Plano Municipal da Mata Atlântica. Daí eu reforço aqui, para este Conselho, a importância da gente elaborar esse plano. Está previsto no Plano Diretor. A importância daquele pedido que a gente fez aqui, mas não tinha quórum para aprovar, de que criemos aqui neste Conselho, a Comissão de Cooperação, de acompanhamento da elaboração do plano. Extremamente importante é essa comissão criada por este Conselho, que vai garantir a participação de todos os cidadãos, cidadãs, entidades da sociedade civil. Então eu só queria reforçar esse meu pedido. Mas, além disso tudo, o que eu trouxe até agora em um relato muito superficial, gostaria de aprofundar um pouco mais, mas nosso tempo é escasso. A gente tem outra São Paulo, tão pouco conhecida da maioria dos paulistanos, que dirá de outros lugares do mundo. Até os coreanos estão sabendo bastante agora, essa... quase que a mesma apresentação lá, e eles ficaram impressionados do que a gente tem de riqueza de biodiversidade aqui na cidade de São Paulo. O município de São Paulo está aí, definido, todo mundo já tem noção sobre isso. E essa é uma imagem bem interessante, porque mostra nossa rede hídrica, que agora, com o novo Plano Diretor, ela é tratada como rede hídrica ambiental. Um conceito diferenciado, posto pelo novo Plano Diretor, que eu acho bem interessante de se apropriar dele, e trabalhar com ele. Em relação a espécies animais e vegetais, por exemplo, olha que números impressionantes: isso que cativa, principalmente, os estrangeiros. Você vê, a cidade de São Paulo, ela tem mais do que a metade das espécies de aves, por exemplo, do que o estado de São Paulo, os Estados Unidos e Europa. A gente tem mais do que a metade,



na cidade de São Paulo já identificados. Fora os que não foram identificados ainda. Porque têm espécies, ainda, a serem... Em 2013 foi registrado um pássaro aqui nas várzeas do Tietê, inédito. Agora, em 2013. A gente não está falando de pesquisas lá do século XVIII. É o bicujiro do brejo paulista. Uma espéciezinha que só ocorre aqui nas várzeas do Tietê. Acabou com a várzea do Tietê, esse bichinho some. 488 espécies de aves já registradas aqui no município de São Paulo. Como eu disse, mais da metade da Europa e Estados Unidos, e do estado de São Paulo como um todo. Quase o mesmo tanto que a Alemanha e a Inglaterra, e muito mais do que Bélgica e Holanda, por exemplo. São números bem impressionantes, que a gente pouco valoriza. São Paulo tem um animal silvestre símbolo, foi eleito em 2010, que é a suçarana. E é um felino de grande porte. O que mais ocorre nas Américas. E também tem, no município de São Paulo, o mono-carvoeiro, que é o maior primata das Américas. A gente tem dentro do nosso município. Às vezes fica essa discussão entre falar de cidade e município, mas eu sempre reforço a questão do município. Mas são animais importantes para a gente. Apesar de que a gente percebe que ao longo dos anos o discurso em torno da preservação da espécie em si, ele não tem ganhado muita força, mas é mais para a gente captar a importância que é ter esses bichos. Porque se tem ele, topo de cadeia, você vê que tudo que está abaixo dele tem, ocorre, também. Para ele estar aqui, significa que o ambiente tem que estar, de certa forma, preservado. E isso reverte para nós, enquanto cidadãos, que moramos aqui no grande centro urbano, com uma série de questões superimportantes. O Secretário falou um pouco também, e eu trago rapidamente nas questões do Plano Diretor, que foi sancionado pelo prefeito no dia 31 de julho. Que são mais afeitas às questões ambientais, principalmente o retorno, depois de 12 anos, o retorno da zona rural. A gente volta a ter zona rural no município de São Paulo. E essa macrozona de proteção e recuperação ambiental. Que ela está dividida nessas quatro macroáreas. Que também, todas elas estão bem detalhadas no Plano Diretor, com uma série de questões que são importantes, uma série de medidas que devem ser adotadas pelo Poder Público, pela sociedade civil. Uma atuação conjunta. O Plano Diretor está bem completo nesse sentido. Claro que agora, com a lei de uso e ocupação do solo, que é o que a gente vai dizer o que pode e o que não pode. Por isso que a atenção. Estão ocorrendo as audiências públicas da lei de uso e ocupação do solo, e é importante a gente notar isso. Só a título de exemplo, aqui, nas macroáreas, aonde estão localizados os nossos seis parques naturais municipais. Novamente, são unidades de conservação. Eu fiz uma apresentação para o Conselho do... Na verdade, não fiz uma apresentação. Só fiz uma observação, porque questionaram porque a gente estava destinando nove milhões de reais para o próximo ano, para vigilância desses quatro parques aqui. O que impressionou a pessoa que fez a pergunta é o fato de serem só quatro parques. Eu disse: são só quatro parques, com 1500 hectares. São mega-áreas. São áreas gigantescas em relação ao município. Somando os cinco, a gente tem 2000 hectares. Os seis parques do município, a gente tem 2000 hectares, só em parques naturais. São unidades de conservação, de proteção integral, prevista pelo SNUC. Não são parques urbanos, não são parques lineares. É uma outra categoria de área protegida. Ali eu mostrei um pouquinho sobre eles. Eu gosto sempre de trazer a zona



leste, porque a gente falar do sul, às vezes, é até um pouco... não covardia. Mas é assim, fica óbvio. O sul, ele está mais preservado, o sul tem mais área protegida, o sul tem conectividade com a Serra do Mar, com a Reserva da Biosfera, da Mata Atlântica. Com uma série de questões que, apesar da gente estar perdendo bastante lá, são mais fáceis de defender. Agora, a zona Leste, ela tem uma característica um pouco diferenciada, mas mesmo assim, de extrema importância. Então aqui a gente tem o limite do parque natural municipal Fazenda do Carmo, e aqui é uma área proposta para o futuro Cabeceiras do Aricanduva. A gente está falando de uma grande bacia hidrográfica, que é a Bacia do Aricanduva. Mas isso é um outro detalhe. E só a questão climática, por exemplo, a questão de temperatura, essa imagem é bem emblemática. A gente vê, quanto mais azulinha, mais frescor, mais conforto térmico. E aí, aqui nessa parte da zona Leste, indo para o Parque do Carmo, a gente tem uma proposta que foi feita no Plano de Manejo do Parque Natural Fazenda do Carmo, que foi aprovado agora, semana retrasada. A gente tem uma proposta de um corredor, por exemplo. É algo que a gente precisa trabalhar bastante com isso. Foi a formação de um corredor, o parque está aqui... aí têm algumas áreas de reflorestamento, campus... a gente precisa trabalhar, implementar o Plano Diretor através da identificação e recuperação de áreas prestadoras de serviços ambientais. Essas áreas são importantíssimas para isso. Toda uma conexão aqui, que formará um possível corredor, um fluxo gênico aqui, que possibilita a sobrevivência dessa área. Essa área isolada, ela não sobrevive. Não tem troca genética, uma série de questões envolvidas aqui, que isto que é muito importante. Isso aqui, Secretário, acho que também servirá para a gente apresentar para o mundo, de um exemplo, de que é fazer uma ação importante como a zona Leste de São Paulo. Inclusive, um contato com os outros municípios, para que a gente consiga fazer uma integração aqui. Porque extrapolando o município de São Paulo aqui, a gente tem uma área muito preservada, uma área muito boa aqui, que para fluxo gênico, não importa o limite municipal. Seria... é coisa nossa. É humana. Bom, novamente, continuando só para terminar aqui no Parque do Carmo. 52% do parque é floresta em estágio médio a avançado de regeneração. É uma coisa que é quase impensável, se você falar para alguém e não demonstrar isso. Que acha que a gente está brincando ou mentindo. 209 espécies identificadas. No plano de manejo, 5 delas ameaçadas de extinção no estado de São Paulo. Consta da lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção de vegetação. Animais, também foram bastantes animais. Têm dois deles que estão ameaçados de extinção. Aí agora, só rapidamente, aqui no Sul. Os cinco parques que a gente tem no sul, que são quatro ao longo do Rodoanel, já vou mostrar cada um deles. E o parque, que é o que eu mais gosto, particularmente, é o da Cratera de Colônia. Esses são para fazer essa brincadeira com a área e os recursos hídricos. A gente está falando tanto de uma escassez de água perversa, que nos ameaça a cada instante aí, e a gente tem uma riqueza aqui, muito grande, ainda, de uma rede hídrica fantástica, que a gente precisa valorizar mais. A gente está falando aqui, de abastecimento, sim, da metrópole. Principalmente da cidade. Já, já, eu mostro um pouco mais sobre isso. Serviços ambientais, eu não vou detalhar nenhum deles. Até porque esse fórum aqui é um fórum de meio ambiente. A maioria de vocês



sabem muito bem disso. O que essas áreas prestam, e muito mais do que a gente não faz nem noção ainda, de benefício que traz para a gente. Eu estive agora lá na Coréia, como o Secretário falou, e eu estava conversando com um professor de uma universidade da ONU, sediada em Tóquio, e o objeto de estudo dele são as doenças das metrópoles. As doenças que não são tratáveis pelo sistema convencional de saúde. As doenças causadas pela característica da dinâmica metropolitana. E é muito engraçado, assim, porque... você vê no debate sobre biodiversidade, a pessoa está lá defendendo essas questões, porque no final, a gente volta para isso. A gente volta assim: ou se recupera essas áreas, ou a gente presta serviço de qualidade, ou a gente tira as pessoas de alguns hábitos, e leva elas para que visitem essas áreas. Saíam do shopping, por exemplo. Não tenho nada muito contra shopping, mas também dá para variar. Dá para ir para um parque, também, de vez em quando. Um parque como esses que a gente tem aqui na zona Sul de São Paulo, áreas impressionantes. Se vocês forem aqui, vocês vão ficar encantados. Tenho certeza disso. Como viabilizar o paulistano. A gente está falando de uma região metropolitana que é o maior emissor de turismo do Brasil. (incompreensível) e a gente não visita nossas próprias áreas, aqui. Mas aí, 30% do município de São Paulo com área protegida. Entre estaduais e municipais. Tem uma federal só. E é um sistema grande, e precisa estar integrado também. E esse aqui é só para fechar agora, prometo que é o último, de fala. Depois, só imagens. A gente está falando do SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, criados pela prefeitura, e administrados pela prefeitura de São Paulo, essas três categorias dentro de dois grupos de unidades de conservação. Produção integral, a gente tem os parques naturais e municipais, são seis. Área de proteção ambiental, a gente tem duas. E uma é reserva particular do patrimônio natural. É outro mecanismo que a gente precisa incentivar muito. É valorizar o proprietário que tem a sua terra, e quer preservar. A gente tem muito proprietário que quer preservar. A gente tem esse mecanismo. Só precisamos divulgar, fortalecer, chamar mais o DEPAVE 8, para ir falar sobre isso com as pessoas, porque pouco se conhece em relação a isso aqui no município de São Paulo. Está aqui uma imagem sobre todas as unidades. São 9 UCs, como eu falei, 9 unidades de conservação. Seis de proteção integral, três de uso sustentável, totalizando quase $\frac{1}{4}$ do município de São Paulo, como unidade de conservação municipal. Têm outras. Você pode ver aqui na zona Norte. A gente não põe nada, porque aqui é estadual. No extremo Sul, também tem sobreposta a APA do Capivari Monos, uma unidade bem conhecida, que é o Parque Estadual da Serra do Mar. Também é estadual. Capivari Monos foi criada em 2001. Está aí, a maior de todas, 25 mil hectares, bem no extremo sul de São Paulo. Rapidamente, só para falar da importância dessa unidade, as nascentes do Embu-Guaçu estão todas aqui. O maior tributário da Guarapiranga. Hoje, está abastecendo... já ouvi vários números. Abastecia 4 milhões antes da crise. Dizem que hoje está chegando perto de 8. Dobrou a capacidade de abastecimento. Eu não sei o quanto esses números são fidedignos. Mas as nascentes do Embu-Guaçu estão todas aqui, que é o maior contribuinte da Guarapiranga, e ele corre para o centro de São Paulo. Temos o único rio limpo da cidade de São Paulo, o Rio Capivari. Ele também nasce nessa região. Aqui tem uma divisa de bacia. Só que ele vai indo para o



centro, aí ele tem (incompreensível) e vai desaguar no mar. Então ele é um rio de vertente marítima. Ele abastece a Baixada Santista, porém tem uma estação elevatória. A Sabesp capta um metro³ por segundo, manda para a Guarapiranga. A Billings, que pouca gente sabe, mas tem esse braço aqui, que chama Taquacetuba, e grande parte da água dele vem dessa bacia redondinha aqui, que já, já eu vou mostrar. Também vai para cá. Drena para cá, para a Billings. A Sabesp capta água da Billings e manda para a Guarapiranga. Então, se a gente for partir da lógica de captação de água, fornecimento e abastecimento humano, São Paulo inteira é área de proteção de mananciais. Porque choveu, alagou, bombeia para a Billings. Bombeou para a Billings, reverte, bombeia para a Guarapiranga, a gente vai beber. Então precisamos ficar atentos com isso. Porque a gente está abrindo a torneira da nossa casa, bebendo água de uma região que a gente pouco conhece, e pouco faz alguma coisa para preservar. O Carmo já falei bastante. Está aqui. Tem 450 hectares. A segunda APA, que é a Bororé Colônia, ela já é em sequência à Capivari Monos. A Capivari Monos está aqui para o sul do município, ela já vem como uma zona tampão, uma barreira para proteger a Capivari mesmo. Então ela já tem uma característica urbana mais presente. É outra dinâmica de gestão desse território, mas uma dinâmica também muito interessante. Principalmente para mim, que sou mais afeto à questão social do que a botânica ou a zoologia. E também têm os três parques do Rodoanel aqui dentro. Só o Jaceguava que está fora. Mas têm três parques aqui dentro, que é outra forma de gerir também. É um trabalho integrado, aí. Esse que eu falei, o parque natural municipal Cratera de Colônia, ele é pequenininho. 53 hectares, só. Só que como ele está dentro da cratera, que é uma formação geológica que tem mais ou menos, estima-se, uns 35 milhões de anos, e foi causada pelo impacto de um corpo celeste, não sabe-se que corpo celeste foi esse porque não... ele está enterrado aqui, há mais de 300 metros de profundidade, e esse lugar aqui é especialíssimo, porque ele guarda um histórico paleontológico, em todos os sentidos, de questões climáticas, por exemplo, de 40 milhões de anos. Precisa de uma perfuração aqui, uma sondagem, extremamente especializada. Porque tem que ir com um tubo que vá retirando as camadas, e não pode misturar. Ela tem que ficar aparente, para que seja feito um estudo. É caríssimo isso, mas é possível. E está aqui resguardado. Está guardadinho para a gente aqui para algum dia, a gente fazer algum tipo de ação, em relação a isso. Porque têm 300 metros de sedimento, aqui. Dadas as características climáticas da nossa região, ainda assim essa cratera está um pouco preservada. Diferente das outras, que a gente vê nos Estados Unidos, na Europa. Estão bem preservadas. Porque estão no deserto, estão em uma área rochosa. Aqui não. Aqui é Floresta Atlântica. Mas esse parque sai aqui da várzea do Ribeirão Vermelho, que está bem no centro da parte mais baixa da cratera, e vem subindo a borda da cratera. Então ele tem vários extratos de relevo, é um parque maravilhoso. Eu gosto muito dele. Os quatro do Rodoanel, foram os últimos criados aqui no município. Então, 200 hectares, esse aqui que é o Bororé, está mais perto ali da região da balsa. O Varginha, tem 419. Esses números ainda estão variando, não é, Marcelo, porque assim como o Secretário falou, problemas na época da Marginal do Tietê. Problemas no Rodoanel Norte. No Sul, o que a gente tem é problema com a Dersa. A Dersa, realmente,



consegue incomodar em todos os sentidos. Porque isso tudo é compensação do Rodoanel. Trecho Sul. Mas ontem mesmo teve uma vistoria, que a Dersa incluiu uma área que tem uma igreja. Aí eu falei assim: mas a gente não quer igreja. Para a gente, igreja não... Pelo menos, do ponto de vista prático... não no espiritual, mas não é importante para a questão da biodiversidade. Eu acho que de repente, se o padre ou o pastor incentivar isso para os seus fiéis seja importante. Mas para a questão de manter as espécies ali, não. Então vamos incluir uma área que tenha floresta, e tira essa área daí. Mas é uma briga quase insana. Esse é o maior deles. O mais bem estruturado. A gente tem uma sede maravilhosa aqui. É bem pertinho da sub de Parelheiros. O acesso é relativamente fácil. Até convido o Conselho para que a gente faça uma reunião extraordinária, ou de repente, uma reunião específica sobre essas áreas, lá nesse parque. A gente podia fazer uma reunião do CADES lá. Acho que vai ser importante. E o último deles, que está na bacia do Guarapiranga, completamente na bacia do Guarapiranga, que é o Jaceguava, pertinho ali, da região onde vai ser discutida agora na lei de uso e ocupação do solo, sim ou não, a construção do aeroporto. Então ficar atento a essa questão aí. Para finalizar, desculpa eu avançar no tempo e na empolgação, mas aqui no Carmo, no Parque Natural Fazenda do Carmo, olha só que coisa maravilhosa, a samambaia sul é uma espécie muito antiga. Bom, muitos animais... muitos animais mesmo, esses sapinhos, rãs e pererecas são todos pesquisados por um ex-diretor da DUC que me antecedeu. Não o imediato, mas antes, o Léo Malagoli. Muitos rios. Esse é o Capivari. Para quem não sabe, São Paulo tem uma cachoeira de mais de 60 metros de altitude, de tamanho. Uma cachoeira gigantesca, para se falar que a gente está falando de uma das maiores cidades do mundo, uma região metropolitana extremamente adensada. E a gente tem isso. Essas maravilhas ainda, dentro do nosso município, pouco conhecidas. A Cratera, como eu falei para vocês, ela foi identificada por uma imagem semelhante a essa, ela recebeu um tratamento de geoprocessamento, e apareceu essa bolinha. Chamou a atenção dos pesquisador. E foram pesquisar, e aí se identificou que era mesmo a Cratera de Colônia. O Ribeirão Vermelho, que é o ribeirão que nasce aqui na... São várias nascentes que têm. E aí drena para cá, para a Billings. Aqui é a Billings. Do braço que eu falei, a Sabesp tira água e manda lá para a Guarapiranga. E o Parque. Já mostrei o Parque. Muitos pássaros, agricultura, a questão agrícola é muito presente. Então a gente trabalhar agora, com os mecanismos de pagamentos por serviços ambientais. A conversão de uma agricultura convencional para uma agroecológica. São Paulo compra muito produto orgânico. É só ir no Pão de Açúcar. Vocês vão ver, estão lotadas, as prateleiras, de produtos orgânicos. Então por que a gente não está produzindo isso aqui no nosso quintal? Comunidades tradicionais. São três terras indígenas, dois aldeamentos. Estão aí os guaranis, muitos fazendeiros. Fazendeiros sitiantes, produtores rurais. Aqui são algumas imagens dos parques. Essa aqui é a sede do Varginha. Aqui é o Bororé. A sede do Parque Natural Municipal do Bororé. Tem um caminhozinho para um deck, toda uma questão de interação com a represa, agora a Billings. Aqui é a Guarapiranga. Aqui é no Jaceguava. Essa aqui é a entradinha do Bororé, Parque Natural do Bororé. Mas são todas bem parecidas. E fechando... eu adoro orquídeas também. Então, têm umas orquídeas aqui. E uma formação vegetal bem



exclusiva e raríssima de se ver, principalmente no município de São Paulo, que são os campos naturais. É só lembrar que São Paulo têm vários campos. E nos nomes dos bairros. Inclusive, dos campos de Piratininga, e uma questão histórica muito associada a isso, que a gente tem lá no extremo sul, que é bem na divisa já... Aqui é a escarpa da Serra. Onde tem a ruptura do relevo e aí desce para o... E é o limite do município. Bom, era isso que eu tinha para falar. Isso aqui é só uma piadinha, mas depois... e agradecer novamente a oportunidade. Desculpa por me estender bastante. Têm os meus contatos aqui. Depois, se tiver algum questionamento, eu fico aberto. Muito obrigado. E vamos juntos, por favor.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Cons. Ângelo vai falar sobre a apresentação do Leandro. Por favor.

Cons. Ângelo: Ângelo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Leandro, achamos muito interessante essa apresentação. Essa questão que você falou, da zona Leste, de aglomerar as áreas remanescentes. É uma ideia que nós, do Conselho Gestor da APA do Carmo, que também está respondendo pelo Parque Natural do Carmo, vem tentando viabilizar essa questão. Inclusive, nós temos outra APA, que está praticamente abandonada, que é a APA do Iguatemi, que agora que vai sair o primeiro Conselho Gestor da APA do Iguatemi que é tão importante como a APA do Carmo. E no caminho, conversando com o companheiro que é técnico assistente lá no Parque da Conquista, ele localizou... pena que a gente não tem... as fotos estão no celular dele, um tipo de rã que cabe dentro de uma moeda de um centavo, cabem três ou quatro rãs. Que a gente gostaria, um dia que você tivesse um tempinho, fizesse uma visita lá para o Parque, como você é especialista nisso, reconhecesse e outra biodiversidade que tem lá no Parque. Outra questão que é a questão que você falou, dessas áreas que o pessoal tem, e quer disponibilizar lá no nosso setor, principalmente lá no palanque, cabeceira do Aricanduva. Nós temos muitos proprietários de áreas que eles compraram pensando uma coisa, era outra. Não tem como conservar. E gostariam de saber como eles fazem. Inclusive, nós éramos já para fazer formalmente, aproveitando... ou se eu pudesse marcar com você, uma reunião do CADES de São Mateus, para você estar falando a respeito desse assunto. Obrigado. Bom dia a todos.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Leandro.

Leandro: Só responder. Sobre o Plano de Manejo, onde gerou aquele corredor, exatamente isso. Ele foi elaborado participativamente. Não deu tempo de falar tudo, mas com certeza, o Parque do Carmo estava presente com o Conselho Gestor. Veio de vocês. A ideia veio dali, do seio mesmo, da sociedade civil que participa no Conselho. A APA do Iguatemi, ela é uma APA estadual. Mas não deixa de a gente também fazer pressão, e chamar o estado para junto. Até porquê, a diretora lá do estado, era ex-diretora da DUC. Já foi diretora da DUC, também. Sobre as RPPNs, a questão particular, depois eu peço ao senhor, por gentileza, que me encaminhe, ou e-mail ou me ligue, ou então a gente conversa no final, e a gente já marca uma vistoria. Os técnicos já vão para lá. Já vão fazer a vistoria da área e já passar toda a orientação



sobre como fazer para abrir processo para criação de RPPN. A gente tem uma equipe técnica muito capaz para isso na Secretaria. E o convite está aceito. Só marcar o dia, e eu já vou lá fazer a apresentação e a conversa com vocês. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Agora, Olga.

Cons. Olga: Bom dia a todos. Leandro, para variar, você, muito legal. Muito brilhante. Então é o seguinte: eu tenho duas coisas para falar. O Secretário levantou uma questão muito importante, que é a questão do Rodoanel. E como é Parque, eu vou falar de Parque também. Nós vamos falar um pouco da zona Norte. Porque quando a gente estava... o ano de 2013, nós estávamos trabalhando inclusive, com a equipe daqui da Secretaria do Verde, em especial com a Diretoria de Planejamento, com a DIPLAN, para elaborar o plano... a parte de meio ambiente do Plano Diretor, do PDE. E eu me lembro de ter tido conversas e reuniões muito interessantes, muito tristes também, que foi sobre a questão da obra do Rodoanel naquela ocasião. E por conta dessas reuniões, o Francisco, ele não está mais aqui, mas que ele tinha informações preciosas, e era um grupo que defendia muito aquela região, em relação à obra do Rodoanel. Eu gostaria de lembrar disso. E por conta disso, nós colocamos, na primeira elaboração, que deu origem ao projeto executivo, que foi para a Câmara, do PDE, onde a gente deixou, como proposta, que a obra do Rodoanel, no norte traçado, colaborasse, se articulasse, com a implantação dos parques que estavam previstos. É isso que eu queria dizer. Agora outra coisa, isso é por conta também da apresentação do Leandro. É o seguinte: eu acho que seria um fórum, assim, muito importante. Eu acho que é necessário que aconteça aqui, levantar a questão da fiscalização integrada da região da Guarapiranga e Billings. Porque isso, fazem muitos anos que isso está muito parado. Deixando muito a desejar a questão da fiscalização. Uma coisa que me ocorreu, vendo a apresentação do Leandro, é que a Guarapiranga é nossa. A Guarapiranga é de São Paulo. Uma coisa que eu nunca tinha caído a ficha. Agora, nesse momento, caiu. A Guarapiranga é nossa, gente. Ela está dentro do nosso município. E é graças a ela que talvez, a gente não vai passar sede. Então eu acho que a gente precisa ver o que se faz, o que a gente pode fazer aqui, como fórum, para resgatar essa questão da fiscalização integrada, integrando as pessoas do estado, que fazem a gestão do manancial, nós, todos os órgãos. Eu levantei essa questão outro dia, em uma reunião nossa, não é Fernando, da CET de obras, a propósito da obra dos corredores. Eu achei que uma medida que um programa interessante das medidas compensatórias dos corredores, seria a gente articular, e gerar recursos, prover recursos para a parte física da fiscalização. Ou seja, o que for necessário, veículos, lugares. E as pessoas, eu acho já é uma questão política, que tem que ser articulada por aqui. Era isso que eu queria falar.

Secretário Wanderley: Então, é importante essa tua observação. Eu acabei esquecendo de colocar em relação à Cantareira. Na verdade, lá tem 9 Parques ou DUPs. Que na verdade, todos foram cortados ao meio. Um pouquinho mais, um pouquinho menos, mas na verdade, os nove foram cortados ao meio. Isso



significa que tem uma outra discussão aí também. Que chama-se desapropriação. Se o parque foi cortado no meio, ou a DUP, o que está a montante do Rodoanel, não será de uso da população. Está certo? Ninguém vai atravessar o Rodoanel para ir para o Parque a montante. Então de quem que é esse parque? Esse parque passa a se integrar, então, ao parque estadual da Cantareira. Então também tem uma discussão aí, de compensação no que diz respeito às desapropriações. Claro que isso também sequer foi discutido até agora. Em relação à fiscalização, é importante dizer... por isso que é bom esse fórum aqui. E de pronto, viu, Leandro, eu já concordo com você que deva fazer uma reunião. Precisa colocar aqui a decisão de todos em uma Ata. Não sei qual o local mais adequado, mas seria muito interessante a gente estar em uma discussão pela manhã, mas pode até ser em um final de semana, de fazer a nossa discussão do Conselho, mas que também faça um programa, um passeio. Acho que seria muito interessante, aí. Então fica aí o senhor como responsável para articular isso. Em relação à fiscalização, é importante esse fórum aqui saber o que está acontecendo na cidade de São Paulo. como eu disse no início, a questão do meio ambiente não é uma particularidade da cidade de São Paulo. Aí vai uma crítica generalizada. A maioria dos políticos não entenderam ainda o que significa uma Secretaria, um organismo, um órgão que seja de meio ambiente. Ele não entendeu isso. Todos estão sucateados. Não é São Paulo. É no Brasil inteiro. Como ele tem essa coisa da transversalidade, essa coisa ficou uma Faixa de Gaza, aí. Contudo, ele participa de todas as decisões. De todas as Secretarias. Quando se fala de fiscalização de postura, o que é a postura? A maioria das posturas são posturas que dizem respeito ao meio ambiente. Para vocês entenderem o que está acontecendo na cidade de São Paulo. É claro que a gente não está de mão atada. A gente está tomando as providências. Só que são providências demoradas. A linha de corte necessária, de fiscalização, para a cidade de São Paulo, estou falando de fiscalização ambiental, a linha de corte mínima seria de 180 a 200 fiscais. Vocês não imaginam quanto que eu tenho. Eu tenho 25 fiscais para a cidade de São Paulo. Daí vem esses problemas. Que beiram a hipocrisia. Porque foi tratado ao longo do tempo meio ambiente dessa forma, mesmo. O meio ambiente são uns chatos. Uns ecochatos. Deixa eles para lá. É verdade. Foi tratado dessa forma. E o reflexo está agora. Então está essa correria agora, desenfreada, atrás de decisões, de tomada de decisão e com um órgão capenga. A cidade de São Paulo, gente, ela gasta em torno de 800 milhões por ano, de varrição. 800 milhões por ano. A maioria das cidades na Europa, Estados Unidos, sequer existe esse item na limpeza pública. Não tem esse item. Simples assim. Porque lá, ninguém joga lixo na rua. Agora, qual foi o governo que investiu pesado em educação ambiental? Existe algum programa de educação ambiental nacional que a gente possa se espelhar, falar: vamos fazer, que esse é brilhante? Têm uma série de programinhas que são... não estou fazendo juízo de direito, de tamanho. Não quero fazer essa discussão aqui. Mas têm uma série de ações assim, pessoais, ONGs pequenas, que também, que são importantes. Mas a cidade de São Paulo, ela não pode ficar à mercê, só desses pequenos projetos. A cidade de São Paulo tem outra escala. E têm algumas pessoas que não entenderam a escala de São Paulo ainda. Há pouco, eu fiz também observação aí no fórum, dizendo que a



cidade de São Paulo agora, saiu de um patamar pífio de 1,6 de coleta seletiva, e vai para 5, fazendo duas centrais de triagem de 500 toneladas, as duas. Ou seja, 250 toneladas cada uma. É muito? É muito. Mas para São Paulo, não é. Ainda é pouco. Porque a cidade de São Paulo... Esse é o grande desafio do gestor público na cidade de São Paulo. É você transformar os projetos em políticas públicas. Senão não funciona para São Paulo. Tudo se perde em São Paulo. Tudo fica menor. Agora tem uma crítica, por um lado, terrível, e por outro lado, boa, mas eu acho que democracia é isso. Em relação às ciclovias. 400 km de ciclovias. A cidade precisa de tudo isso? Tem gente fazendo essa observação. É muito. Mas para a cidade de São Paulo, ainda é pouco. E é muita ciclovias. 400 km é um Rio-São Paulo de ciclovias. Mas ainda é pouco para a cidade de São Paulo. Então vai esse desafio, também. O Leandro colocou muito bem a questão aí, das APAs. Que eu acho que a maioria dos paulistanos também, Leandro, não conhece ou não sabe o que existe na cidade de São Paulo. Essa imensidão, ainda, de floresta, em bom estado de conservação. Se você pegar lá, os números da ONU, do ponto de vista da cobertura vegetal em áreas urbanas, se você considerar as duas APAs, São Paulo está acima da média. Se considerar as duas APAs. Agora, se você considerar só o traçado urbano, propriamente dito, claro, está muito aquém da média, em parâmetros internacionais. Então isso é uma coisa para se pensar. Porque se não tomar alguns cuidados, e rápido, com certeza, o Capivari, Bororé, Cantareira... Porque eu não sei se vocês têm voado a Cantareira. O que me preocupou na Cantareira é que estão tendo dois tipos de ocupação: a montante para a jusante, e o contrário. Porque Mairiporã também está avançando para o topo da Cantareira. É incrível o que já aumentou. Daqui a pouco desaparece. Só que Mairiporã são casas de alto padrão. Essa só que é a grande diferença. Mas também está avançando para o topo da Cantareira, sim. É só ver as fotos do Google de cinco, seis anos para trás, e ver agora. Vocês vão ver com muita clareza, esse avanço aí, da urbanização, para o topo da Cantareira. Então acho que nós vamos ter que fazer algumas medidas para a cidade de São Paulo, de salvar, mesmo, eu tenho que fazer, acabou de entrar aqui, companheiro da SOS Mata Atlântica. Nós vamos ter que também criar vários SOS aí, muito rápido. SOS Cantareira, SOS Capivari, SOS Bororé, e começar... E fazer os movimentos aí, necessários aí, com a população. Eu sempre falo que eu não tenho medo, nem problema nenhum de falar isso: a sociedade tem que tomar a administração pública, no bom sentido. Tomar. Ela tem que ocupar a administração pública. Sobretudo as ONGs. E participar por dentro. E participar também, do processo de fiscalização e controle. Não existe mais essa desculpa, que: ah, o órgão gestor que tem atribuição. Se só o agente vistor tem essa atribuição, então nós temos que discutir e mudar a legislação. Não podemos ficar acomodados frente a isso. Questão de administração pública, no meu entendimento, não tenho problema de falar isso, a gente está na UTI. Estou falando em âmbito Brasil. Ela está no último suspiro. Esse modelo acabou, gente. Vamos combinar? Acabou. Você não faz nem concurso público para aumentar o número de funcionários, e nem capacita os existentes. E quanto mais passa o tempo, mais terceirização tem. Então um finge que trabalha, o outro finge que fiscaliza. A verdade é essa. Isso em qualquer ente federado. Estou falando do federal, estadual, municipal. Então tem que se pensar



em outro modelo. Agora, pensa nisso em relação ao meio ambiente, o que está acontecendo. E fica uma reclamação de um lado, uma correria, é importante o que ela colocou, aí, da Guarapiranga. A gente está com um plano, por exemplo, de readensar a Guarapiranga. O entorno de suas margens. Um projeto que não é um projeto absurdo. Vamos chamar todos. Vamos chamar a iniciativa privada, vamos priorizar as compensações. Esse também é o meu grande dilema na Secretaria. Quem é que prioriza as compensações ambientais? O Secretário? De jeito nenhum. É a sociedade que tem que priorizar para onde que vai a compensação. Nós temos que chamar aí, uma audiência pública ou coisa que o valha. Este Conselho pode ajudar nisso. Como é que nós vamos fazer isso? A gente sabe que tem que estar no território. Sobretudo no local do impacto. Mas isso são indicadores. Agora, têm outras questões importantes emblemáticas na cidade. O caso é a Guarapiranga. O Leandro aqui, que é muito mais catedrático do que eu nesse assunto... eu me lembro que uma vez eu fiz uma discussão com os ambientalistas ali na Guarapiranga, eu estava fazendo um projeto de revitalização da orla, isso há uns 8 anos atrás, e eles não estavam querendo fazer essa revitalização por conta do ecossistema ali das margens. Eu falei para eles: gente, vocês são muito novos. O crime ambiental já houve lá no século passado. O Rio Guarapiranga está enterrado. Ele está submerso. Que é um paradoxo. O rio Guarapiranga está submerso. Então antropização ali, já houve no passado. O Rio Guarapiranga, ele está há 9 metros, lá no meio da represa Guarapiranga. Ele foi feito pela mão do homem. E tive que levar uma série de fotos da época, como é que foi feita aquela barragem ali. É por isso que a mata no entorno, a vegetação no entorno da Guarapiranga, naquele vai-e-vem da alta e da baixa da água, ela não prospera. Porque ela não pertence àquele ecossistema. Aquela vegetação ali. Ela não pertence. Ali era seco. Assim como a mata ciliar está enterrada. Que eu tive oportunidade de mergulhar, e fiz todo o trabalho de batimetria ali. E deu para ver fotos. Que as árvores estão lá ainda, no rio Guarapiranga. Estão lá. Estão conservadas, não emaranhadas, mas estão lá. Então são essas observações que a cidade de São Paulo, ela nos oferece, de ter essa cachoeira belíssima, de ter três aldeias de índios consolidadas na malha urbana. É por isso que a gente vai lá para fora, e eles ficam boquiabertos, mesmo. E o paulistano aqui, sequer conhece essa área tão maravilhosa que é. Então é um desafio para você, Leandro. Vamos montar aí, um CADES ainda esse ano. Vamos ver lá no Capivari, de preferência.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Bom, dando continuidade à ordem do dia, vamos chamar para exposição sobre **Ecóleo**, a Associação Brasileira para Sensibilização, Coleta e Reciclagem de Resíduos de Óleo Comestível, pela Conselheira Célia Marcondes.

Cons. Célia Marcondes: Bom dia, amigos e amigas. É bom estar aqui. É muito bom estar aqui. A sua exposição, Secretário, não conhecia o senhor tão bem. É excelente ouvir o seu compromisso e a sua simpatia com a questão ambiental. Isso é fundamental. Para ser Secretário de Meio Ambiente precisa vestir a camisa, precisa ser um militante, precisa ser alguém que acredita que vai, a qualquer custo, impor essas questões. Então, saio mais feliz do que entrei aqui, hoje. Bem, eu sou Célia Marcondes, sou advogada, profissional da área, exerço minha profissão aí na região dos Jardins, Cerqueira César, e como cidadã,



resolvi, em 2001, fundar uma associação de moradores do bairro para resolver uma série de problemas que a gente tinha na região do Cerqueira César, que abrange Jardins e Consolação. E ali, então, em 2001 nasceu a SAMOC, que é a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro de Cerqueira César. Ali, nós fizemos uma série de brigas para recompor, requalificar o bairro, mas também fizemos algo em prol da sociedade, em prol do coletivo. Por exemplo, fizemos o plantio de 1226 árvores até hoje, sempre conversando com os condomínios, montando um trabalho de educação ambiental levemente para não ofender as pessoas, mas para convencê-las da necessidade desse verde. Então, todas as árvores plantadas desde então são plantadas por nós, pela Associação de Moradores. Também implantamos o primeiro projeto de coleta seletiva de porta a porta de São Paulo. Isto foi matéria de vários veículos de comunicação. E conseguimos abranger 400 condomínios. Isso assim, logo de início. E com isto, fundar a cooperativa de catadores, a Cooper Viva Bem, que nasceu dali, de um projeto do nosso bairro. Que gera em torno de quase cem postos de trabalho que para nós é lixo, para eles é sobrevivência. Como tudo isto funciona normalmente, e depois de implantado, isto vai sozinho, caminha sozinho, em 2007, eu disse agora é a vez do óleo. Mesmo porque até como dona de casa, eu nem sabia onde jogar meu óleo de cozinha. Tentei então, conversar com o Secretário de Estado do Meio Ambiente, na época, dizendo: eu vou implantar um projeto de óleo comestível de porta a porta, e gostaria de ter seu apoio. Porque a Associação vai abranger uma área metropolitana, tal. O Secretário riu disto. E me disse: a senhora está louca? Na minha casa é isso aqui, de óleo. Como é que... Isso não é normal. Hoje ele vê o resultado por aí. E eu, na hora, disse: Secretário, isto da sua casa, mais na dele, na dele e na dele, só aqui nós damos 5, 6 litros no almoço, e depois no jantar. Então juntos, somos muitos. E se alguém não fizer isso, quem é que vai fazer? O que vai ser? Nossos rios já viraram leite de azeite, de óleo. Bem, implantamos então o projeto. E iniciamos... Primeiro conversando com os grandes geradores, bares, restaurantes, que têm muito maior quantidade, portanto poluem muito mais. Então nós costumamos mostrar essa palestra que eu acho que essa introdução, a gente só mostra para dizer o que é, porque eu acho que todos aqui são mestres na área. E dispensa. E aí, a gente dá essa palestra nas escolas, desde os pequenininhos, até universitários. Condomínios. Temos parceria até com o SECOVI para ter uma noção de como a coisa é importante, de como isso é grande. E aí, mostramos a importância da água. A razão pela qual a gente tem que protegê-la. Porque desde os primórdios, a gente tem sempre que descartar alguma coisa, joga no rio. Porque as águas levam embora. Isto é cultural. Foi assim que a gente aprendeu, e é assim que a gente passa para as gerações futuras. E é esse momento que a gente tem que quebrar isso. E agora a gente viu o perigo que isso representa, e o dano que a gente já causou para este planeta. Também qual a importância da água na questão econômica, ambiental, na questão da vida. E aí, o conceito de poluição, que a gente mostra. Os males que causam o descarte inadequado do óleo. Prejudica a saúde, a segurança, o bem-estar das populações todas, sem exceção. E causa dano à flora e à fauna. E seu uso para fins econômicos, sociais, qualquer que seja. Porque sem água, não há vida. Falamos sobre a pegada ecológica de nós, que



passamos por aqui em um ambiente limpo, em um ambiente perfeito, e vamos poluindo. Não olhamos para trás, aquilo que fizemos. Falamos sobre o consumo exagerado, falamos também sobre a questão do uso excessivo do óleo de frituras, o mal que isso pode fazer à saúde humana. O aquecimento desse óleo só até duas vezes, porque na terceira vez, esse óleo de fritura já cria uma enzima que faz mal para as pessoas. E que reiteradas vezes, utilizando isto, pode causar problema de saúde mais grave. E aí, a pergunta principal que se faz em qualquer comunidade, porque onde tem gente, tem óleo. E onde tem óleo, precisa ter ecóleo. Então nós perguntamos para onde vai o óleo que você usa, que você descarta? E aí, também contamos que cada família... que isso faz tudo, que já fizemos... cada família compra, ou recebe na cesta básica, 4 litros de óleo/mês. Consome 3. Porque isso vai na comidinha, vai no arroz, no feijão, acaba absorvendo, e o litro é jogado fora. E onde é esse fora que a gente joga? Na pia de casa, no bueiro da esquina, quando são os pasteleiros. E têm alguns senhorzinhos em lugares aí, que dizem: não, eu não joga não. Eu joga lá em uma pracinha que tem lá perto, em um terreno baldio. Então eu não poluo. E a gente acaba explicando que polui do mesmo jeito. Que vai para aquífero. O que causa isso. Falamos do processo de fritura, já. O problema que isso causa, comer tantas vezes fritura no almoço, no jantar. Então ele acaba sendo muito amplo, e educando até a pessoa a questão de uma alimentação mais saudável. Bem, o descarte então, os problemas desse descarte. Esse senhorzinho, a gente explica para ele da impermeabilidade do solo. Isso causa enchentes. Falamos sobre o problema do entupimento da rede pública de esgoto. E quando implantamos o projeto em Cerqueira César, um ano depois, a Sabesp declarou que ali no bairro, ela teve uma economia de 25% dos custos de manutenção da sua rede. Porque não poluiu. Portanto, não fechou, não entupiu o encanamento. E ela teve uma economia. O despejo indevido, o gás metano que causa, na água, comprometendo a água, comprometendo a vida aquática, e comprometendo, obviamente, a alimentação humana. Porque nos alimentamos com peixes, também. A contaminação da água. Informamos que isso fica suspenso na superfície dos corpos hídricos, formando camadas que passam a ser barreiras, dificultando a entrada da luz e oxigênio. Compromete a cadeia alimentar. Portanto, compromete até a vida humana. Isto é uma caixa de gordura de um condomínio. Todo mundo que mora em condomínio tem isto no prédio. E é tão insano que é isso que a gente faz. Eu despejo lá na pia, e depois, uma vez por ano, vem uma empresa e limpa lá embaixo. Custa 3, 4, 5 mil reais para fazer a limpeza da caixa de gordura. Para desentupir os canos. Não é mais inteligente se você separa isso, em casa, em uma garrafa pet e manda para a reciclagem? Isto também é economia no tocante a isso. Isto é da Sabesp. Gordura, ela acaba ficando solidificada desta forma, por isso que entope muito, e a gente vê às vezes, três metros abaixo, com um megacaminhão, tentando trocar esses encanamentos. Também há o problema da mortandade de peixes e de aves. Ou seja, por onde vai passando, esse óleo vai causando dano ambiental impagável. Então nós ousamos implantar a coleta seletiva de resíduos de óleo comestível. Foi difícil? Foi. Não tenha dúvida, porque é difícil chegar a cada pessoa. Convencer um por um, e explicar porque não jogar fora. Como separar. E ao mesmo tempo, a gente ir criando uma rede de coletadores. Só



aqui em São Paulo, hoje, já temos em torno de 14 mil ecopontos de óleo. No Brasil inteiro, já conseguimos montar nossa rede, e o nosso pagamento é esse: é o orgulho de poder contar isto. Que uma ideia, uma ação e um grupo de pessoas abnegadas resolvidas a fazer alguma coisa consegue ter um resultado brilhante destes. Nossos parceiros são vários em torno do Brasil afora. Para ser nosso associado, ele precisa ter licenças ambientais, ele precisa dar uma destinação correta para o óleo comestível, e para as garrafas pets que chegam lá. Ele precisa tratar a água que ele lava as bombonas. E ele precisa ser ambientalmente e socialmente correto para fazer esse trabalho. Embasamento legal. Nós falamos sobre a política nacional de resíduos sólidos, entretanto, por interpretação, porque não foi colocado na política nacional o óleo. Ele simplesmente não existe. Ele é silencioso, e vai escondido. Escorregando por aí. E ninguém lembrou que ele existe. Claro que nós batemos lá, e fomos gritar pelo óleo. Coloque e tal. Não está ainda, mas estamos em conversa. Continuamos lutando por isto. Mas conseguimos um cantinho por lá, e por analogia, consideramos o óleo como resíduo sólido porque é uma disposição legal. O artigo 5º obriga os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, titulares do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, a fazerem isto. Bem, o fabricante não quer saber, absolutamente. Já tivemos inúmeras discussões com os fabricantes de óleo, que são megaempresas. Os pequenininhos, até que estão conosco. Mas aqueles grandes, disseram não queremos falar disto agora. Não nos interessa. Então ele não está nem aí. O usuário que somos nós, os consumidores, a gente tem tido uma aceitação ampla. No Brasil inteiro, onde a gente vai sensibilizar, vai falar, todos compram a ideia. A população está ciente. E está comprometida. Basta saber aonde e como fazer a separação do óleo. Falta também, o poder público. Porque este ainda não fez. E quando faz, faz meio em um quebra-galho. E nós queremos alguma coisa diferenciada, com responsabilidade. Criar, efetivamente, uma rede municipal. Com o compromisso de todos. Porque como dissemos, onde tem gente, tem óleo. E aqui em São Paulo, tem muita gente para jogar óleo nos rios. Pessoas físicas ou jurídicas, direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades. (incompreensível) consumo. Portanto todos os seres, sobreviventes, que nos achamos racionais, temos que fazer alguma coisa. Gera trabalho para catadores, os ecopontos, os beneficiadores, e os recicladores. Os catadores são indivíduos, às vezes sozinho, às vezes em uma cooperativa. Os ecopontos são locais onde se traz o óleo e junta em grandes quantidades. Eu tenho o catador, que ele, sozinho, cata em torno de dez mil litros de óleo por mês. Vende por um real o litro. Dez mil reais. Jogado no lixo. Jogado fora, entupindo a tubulação da cidade. E depois, os beneficiadores são aqueles que recebem grandes quantidades de resíduo de óleo. Nós temos associado que recolhe 500 mil litros de óleo/mês. Compra dos catadores, compra de ecopontos. E esses 500 mil litros, ele transforma o resíduo em matéria-prima, que vai para várias indústrias. A maior delas é a de biodiesel. Vai para tintas e vernizes. Ração animal. Vela, desmoldantes, sabão e derivados, tinta de impressora. Ou seja, uma infinidade de produtos que podem ser feitos com aquilo que a gente, irresponsavelmente, joga fora. Como participar desse projeto? Muitas pessoas nos ligam do Brasil inteiro, dizendo, como eu posso participar? O



que eu posso fazer? E a gente explica, como cidadão. Exerça sua cidadania. Faça sua parte. Separe em uma garrafa pet e entregue no ecoponto mais próximo. Ou seja um mobilizador e um catador. Na sua região, no seu bairro, sensibilize a população, e nós damos todos os folders. Nós damos o material para isto. Sensibilize a sua população. Colete o óleo, e fica para o senhor ou para a senhora. Venda esse óleo, e divirta-se. Porque vale dinheiro. Um ecoponto é aquele local em que ele não precisa... A gente combinou isso com Cetesb, não precisa ter a licença ambiental, mas ele precisa ter o mínimo de segurança para esse óleo. Ele junta quantidade, 5, 10 mil litros, e vende. Porque quanto mais ele tiver de óleo, melhor ele vai vender. Melhor preço. Esse beneficiador então é o que transforma o resíduo na matéria-prima, e o reciclador são empresas. Nós temos várias indústrias de biodiesel pelo Brasil afora. E nós estamos, inclusive, atrás do governo federal, tentando... como existe o PRONAF, o selo para o pequeno produtor de grãos para vender para biodiesel, nós estamos com milhares de catadores, catando óleo. E nós gostaríamos que aquela empresa que utilizasse esse óleo também fosse beneficiada com esse selo. Então, é outra luta, que eu até já falei com a Presidente Dilma, há cerca de um ano, na Expo Catadores do ano passado. E já estamos em tratativas com o Ministério do Meio Ambiente. Bem é atribuído ao biodiesel benefício ambiental de minimizar em até 78%, as emissões atmosféricas, CO₂, e em 98% de enxofre. Portanto nós estamos falando, no nosso caso, da coleta de óleo comestível, que já cumpriu a sua primeira função, que é de alimentação humana. Ela já está no segundo aproveitamento. Então nós chamamos de ecobiodiesel. Todos os benefícios dela, além deste de minimizar aí, os impactos das emissões. Para todo local onde faz... bares, restaurantes de qualquer lugar do Brasil, nós colocamos um selo no bar, no restaurante, dizendo esse estabelecimento pratica a coleta de óleo. Só que para isto, a gente precisa fazer rastreabilidade. Então, boteco lá não sei aonde, frita mandioca, frita peixe, batata, para onde vai o óleo deles? Se nós soubermos quem retira o óleo dele, para que indústria vai, para qual beneficiador vai, nós temos condição de dar o selo para ele, porque dá para fazer a rastreabilidade. Lá no final, eu sei que o óleo dele foi para biodiesel, foi para uma indústria de sabão ou de ração animal. Ou seja, responsabilidade de ponta a ponta. Os aspectos ambientais da fabricação caseira. A gente fala disso, porque em qualquer lugar do Brasil, e a gente já andou dando palestra por esse Brasil afora, as pessoas fazem o sabãozinho de primeira. A avó faz, a tia faz, todo mundo faz esse sabãozinho. E aí a gente explica dos problemas de fazer esse sabão. Que aparentemente é muito bom e claro, o sabão pode ser de ótima qualidade, e o fazer o sabão é importante, entretanto, há as questões. Nós não sabemos como é que a pessoa lida com essa soda cáustica. O que ela faz para lavar esses tachos depois. Se não é pior. Além dos riscos de saúde. Porque nós sabemos que acontecem em torno de 140 mil acidentes com soda cáustica, por ano, no Brasil. E em média, 6 mil mortes. Normalmente, crianças. A maior parte, crianças. Porque a mãe compra isto. Esse é outro problema grave no Brasil. A soda é vendida em garrafinha de Coca-Cola, de água, de qualquer coisa. E o último deles foi aqui na zona Leste. A criança foi atendida em um pronto-socorro. E a mãe comprou, em uma garrafa de Coca-Cola, botou embaixo do banco. E a criança, atrás... E é fatal. Não tenha dúvida. Então isto é muito



comum. Então a gente faz questão de onde está, avisar do problema gravíssimo que é essa fabricação do sabão caseiro. O equipamento que está escrito no site da Dal Química para você mexer com a soda cáustica. E nós já vimos alguém que faz sabãozinho caseiro usar isto aqui, por isso o número de acidentes no país. A gente tem avisado amplamente. Então, o que nós fazemos? Dentro da rede Ecóleo, nós temos uma associada que é fabricante de sabão. Então ela compra o óleo das pessoas, fabrica o sabão, e ela devolve o sabão pronto para essa rede, para que as pessoas troquem o sabão, feitiinho, prontinho, por óleo residual. Um ecoponto pode ser formado de diversas formas, e a gente explica para todos, se é uma indústria, um restaurante, como fazer. O tamanho que tem que ter, para atender as suas necessidades. Embaixo da sua pia, evidentemente, você pode guardar sua garrafinha pet, cheia de óleo. Vai guardando, e entrega no ecoponto. Até os maiores. Os grandes. Existem redes de fast food aqui em São Paulo, que jogam ou descartam, pelo menos 2 mil litros de óleo, semanalmente. Os grandes. Aí nós mostramos quais os tipos, como você fazer até esses tambores, que a gente tem parcerias com escolas, aqui. Com escolas do estado. Do município ainda não consegui. Coloca-se um tambor desse tipo, e a criança leva para a escola, em uma garrafinha pet, sempre na pet, para não quebrar o vidro e ninguém se machucar. Leva a garrafinha, despeja lá. Quando a escola tem o tambor cheio, liga para o coletador mais próximo da região, e ele vai comprar da escola. E evidentemente, a escola pública não pode fazer negócio. Mas a Associação de Pais pode. E deve. Então, tem escola na zona Leste, que já coleta 1300 litros de óleo/mês. E isto, ela compra equipamentos para ginástica. Ou seja, ainda tem um ponto a mais, positivo. Além de você mobilizar a sociedade em uma questão importantíssima, que é defender as águas, defender a tua tubulação, e fazer um trabalho de educação ambiental brilhante, ainda tem o resultado econômico para a própria escola. Então, vários meios de ecopontos, segurança no transporte. Não faz muito a Sabesp estava fazendo um trabalho de dar uma espécie de bicicletinha para o pessoal usar aqui em São Paulo, colocando essas bombonas acopladas. E aí a gente fala dos riscos que é quebrar um negócio desse na rua, e o acidente que pode causar. Porque o óleo é inflamável. E, além disso, escorrega. Que se tiver um acidente, vai bater 20 carros atrás, um do outro, porque o óleo escorrega. Então olha os perigos. Você tem que saber separar, guardar com segurança, e transportar com segurança absoluta. É muito simples, o processo. Basta você pensar nas questões de segurança. Bem, esse é o nosso material básico. Isto está em muitas escolas, condomínios, bares, restaurantes, pelo Brasil afora. Quando eu iniciei o trabalho no bairro, no site da Sabesp, não dizia o que era para fazer com o óleo. Nós fomos procurar a Sabesp, e em 24 horas, eles estavam sentados com a gente, tentando fazer alguma coisa. E aí eles disseram: ah, eu te pago esse material para você fazer. Mas não. Esse eu tenho quem pague. Essa empresa, McCain que é uma empresa de batatas fritas. De batata para fritar. Ela paga todo esse material gráfico. Elas nos dá o material. E nós não recebemos contribuição financeira. Recebemos o material. Eu precisava da Sabesp para ela ir de porta em porta. Aquele que vai fazer a leitura, entregar para mim, este material. E assim foi feito. Então em alguns meses que iniciei o trabalho, a gente já tinha mais de mil condomínios fazendo esse trabalho. Hoje



essa rede já se ampliou em escolas, bares, restaurantes, Brasil afora. E só no estado de São Paulo, nós já estamos coletando 2,7 milhões de litros de óleo/mês. Na cidade de São Paulo, em média, 1,6 milhão litros de óleo. São Paulo é a cidade que mais coleta óleo no planeta. E eu já estive até conversando com o Guinness Book, e temos aí, algo a fazer. Podemos nos orgulhar disto. Mas isto, graças à sociedade civil organizada, à geração de trabalho dos catadores, dos coletadores. Porque da municipalidade, até agora, eu tive o Secretário do Trabalho que sim, ele fez comigo, algumas parcerias de coleta em alguns postos da Secretaria da Saúde. Alguns PAVs já fizeram muito trabalho comigo. Já estive lá na Colônia, no extremo sul, já estive no extremo leste, no extremo oeste. Também foi grande parceiro nosso, o SECOVI. Que andamos o estado de São Paulo inteiro, mostrando a palestra, e formando ecopontos. E formando parcerias e quem ia retirar aquele óleo que tem que ser o que estiver mais próximo. Não adianta alguém da zona Sul atravessar a cidade e coletar na zona Norte, ou vice-versa. Então, nós acabamos fazendo essa parceria com todos, para que você colete na sua região. Não ultrapasse esses limites que vai inviabilizar. Uma logística impensada, inadequada, incorreta. Ou seja, hoje então, já nos orgulhamos disso, mas podemos fazer muito mais. Então senhor Secretário e parceiros, nós podemos fazer um trabalho em São Paulo de educação ambiental, sem precisar dizer que eu estou educando alguém, mas de sensibilização para a sociedade, e fazer isso em todas as escolas municipais, em todas as Secretarias, e a começar da casa do prefeito. Se a gente fizer um trabalho destes a nível de município, eu vou dizer: São Paulo fez a sua diferença. E atrás do óleo, com certeza, escorrega o resto. Porque toda coleta seletiva que eu tenho ampla experiência por ter começado no bairro, essa coleta de porta a porta, é a mais simples, a mais fácil de fazer, e que você, imediatamente, começa a ter recurso. Você separar um litro de óleo, imediatamente você vai ganhar um real vendendo, passando para frente. Então está aqui um convite para que façamos na cidade de São Paulo, esse trabalho de porta a porta. De cidadão a cidadão, e que a gente possa, realmente, limpar os nossos rios, e ter água pura para beber. Obrigada. Se alguém tiver alguma pergunta...

Orador não identificado: Conselheira Célia, só fazer uma... (incompreensível). Muito obrigado pela sua brilhante explanação. Eu queria fazer dois testemunhos, inclusive, para o seu trabalho. Primeiro, que eu comi soda cáustica por cinco anos. Eu perdi toda a forração da boca. Eu não morri porque eu não engoli. Então é um testemunho mesmo, aí, para o seu trabalho. E o segundo testemunho. Eu moro na minha casa há 9 anos. E eu nunca limpei a minha caixa de gordura até agora. Porque eu coleteo óleo também. Isso daí, vários amigos... eu faço... eu tenho amigo que limpa a caixa de gordura a cada seis meses, o que é um absurdo. E eu expliquei para ele o porquê. Questão simples, aí. E tive a oportunidade também, de implantar a primeira coleta seletiva em Campinas, quando fui Secretário, de óleo. E que a gente fazia, o caminhão coletor era o caminhão da Brahma. Era um engradado, simples. Era a mesma estrutura do caminhão de bebida. Muito obrigado pela sua exposição.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Agora, vamos chamar o senhor Ivo para pergunta.



Cons. Ivo: Interessante. Eu convivi com essa experiência há alguns anos atrás através da Agenda 21. Nos foi feita uma apresentação de uma entidade que vivia do óleo, que... Assim, ela fazia trabalhos sociais gratuitos. E tinha uma empresa que fazia coleta de óleo, e ela vendia e reveria para essa entidade. E nós começamos uma ação em cima disso. Nós unimos o CADES de Itaquera também na ação, Agenda 21, e o CADES de Itaquera. Compramos um monte de galão e distribuimos. Orientando os objetivos, a questão toda, em si, como a senhora muito primorosamente colocou aí. E pena que não deu para dar continuidade, que a coisa foi ganhando um volume que tinha que recolher. Aí nós passamos para a empresa, para a entidade, e... mas foi muito gratificante. Eu acredito que na questão de educação ambiental, o primeiro olhar tem que ser esse mesmo. Porque são vidas, é a questão de saúde, saúde ambiental, e por aí vai. Obrigado.

Cons. Célia Marcondes: Igual ao senhor, nós temos dezenas de projetos por aí. Têm igrejas que fazem a coleta. Tem uma igreja que coleta 4 mil litros de óleo por mês. Então tem igrejas... e de qualquer bandeira. Pode ser católica, protestante, ou seja, onde tem gente. Escolas. Então, é uma infinidade de pessoas. O engenheiro Aldo que estava apresentando, é Aldo Strufaldi, é o nosso diretor. Assim como eu, um voluntário na causa, ele é nosso diretor de projetos. E se alguém tiver um projeto para uma região, para um bairro, o engenheiro Aldo está aqui. E vamos lutar juntos. Nós estamos com um trabalho agora, fazendo com universidades. Uninove, e outras universidades de São Paulo. Então tendo algum projeto, estamos às ordens.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada Célia. Vou pedir para ser um pouco mais breve porque a gente ainda tem mais uma explanação. Senhor Ângelo.

Cons. Ângelo: Ângelo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Eu acho que quando o Secretário falou da questão da educação, principalmente a educação ambiental. Com certeza, isso que está faltando. Eu também pertencço a um CADES municipal, a Agenda 21 também é a mesma Agenda 21 que o senhor Ivo participa. E também hoje, estou fazendo um trabalho na subprefeitura de São Mateus. Nós temos espaço, dentro da subprefeitura, para recolher. Hoje, não chega, por semana, a cinco litros. E desses cinco litros que chegam na subprefeitura, 80% são funcionários que trazem. Eu acho que esse avanço da coleta seletiva acabou prejudicando essa questão. Quando a gente tinha, efetivamente, a coleta porta a porta, que hoje... nunca foi a cidade toda, e muitos lugares que tinham acabou perdendo. Isso poderia ser um dos caminhos que o município dava sua garrafa com óleo, e depois... Outra questão, no plano tanto municipal, estadual, e federal, fala da responsabilidade na questão que a Célia falou, que os empresários não querem assumir... O que custava cada estabelecimento que vende óleo, ter o seu cantinho lá, que não vai ocupar 30 cm quadrados, onde o cliente, quando for fazer a sua compra, deixar. Fora isso, ninguém vai pegar uma condução com a sua garrafinha, para levar ou na subprefeitura, ou outro supermercado, porque... Então a gente tem que desenvolver um trabalho mesmo. E fazer esse trabalho no porta a porta,



e o que o senhor Ivo falou: também tem a questão da quantidade. Aqui nós... na subprefeitura, temos espaço. Dá para ficar 2, 3, 4 meses armazenando isso para depois... Que a quantidade que eles querem, menos de cem litros, eles não saem... nem pensar, para... Então, uma coisa séria, que a gente precisava rever isto, e eu acho... Hoje não tem ninguém da Secretaria de Serviço. A gente tem de mudar a mentalidade, inclusive nessa questão da própria Secretaria de Serviços - AMLURB, estar nos ajudando nesse questionamento. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Nós vamos chamar agora, para a terceira discussão, apresentação, a senhora Dorian Vás, é da Secretaria Geral da Presidência da República, que vai trazer os pontos do Desenvolvimento Do Milênio. Por favor.

Dorian Vás: Bom dia a todos e a todas. Muito obrigada pelo convite Cris, de estar aqui apresentando para vocês um pouco os ODMs. Aqui têm pessoas que já trabalham junto com a gente, que é o Ivo, a Nina e a Cris. Eu queria primeiro, fazer uma pergunta óbvia. Você sabe o que é ODM? Todo mundo aqui? Não? Então vou ter que começar a explicar do início. Os objetivos do milênio, eles foram traçados pela ONU em 1990. E são resultado de grandes conferências internacionais daquela época, que apontaram dificuldades de desenvolvimento. Época de guerras, de conflitos, de população migrante, de muita fome na África. Então a ONU decidiu propor, com base nessas conferências, oito objetivos do milênio: e tem muito a ver com isso aqui, porque trata de desenvolvimento. Esses objetivos terminam em 2015, e vai entrar uma nova geração de objetivos. Aí sim, desenvolvimento sustentável. E entre esses oito objetivos, nós temos acabar com a fome ou com a miséria, educação de qualidade para todos, redução da mortalidade materna, combater a malária, a AIDS, ou qualquer outro tipo de doença endêmica, cuidar da saúde da gestante, preservação ambiental, cuidar do clima e do planeta, e a Nina está distribuindo aí, um folderzinho, que mostra tudo isso. Nós temos até 2015 para cumprir muitas metas por aí. O Brasil tem, em nível geral, na média, tem conseguido cumprir todos os objetivos. E a gente é exemplo no mundo, sobretudo na questão do combate à fome. O Brasil agora, conseguiu sair do mapa da fome. Mas temos desafios ainda, importantes, a serem cumpridos. Nós não vamos conseguir cumprir, por exemplo, a redução da mortalidade materna. Infelizmente, nós precisamos de chegar a 35/100 mil, e nós não conseguimos. Nós estamos em 60. Conseguimos baixar muito esse indicador, mas não conseguimos cumprir. A presidenta Dilma lançou dois programas para tentar minimizar esse percentual de alto índice de mortalidade materna. Um deles é o Rede Cegonha, que tem nos ajudado para a questão de obrigar a gestante a fazer o acompanhamento de pré-natal. A questão do parto humanizado. E um programa voltado exclusivamente para a gestante e para os bebês. E temos também o Bolsa Família, que tem ajudado um pouco, porque exige, como condicionalidade, que a mulher faça o pré-natal. Mas esse é um indicador que a gente não vai cumprir. Mas a importância de estar nesse fórum aqui, é porque... eu trabalho na Secretaria Geral da Presidência da República, e é o órgão que faz interlocução com o movimento social. E para nós, os Conselhos são muito importantes. Porque é um espaço de participação social. A gente faz essa ponte. E



agora, o Brasil e o mundo inteiro está entrando em uma nova fase de ODM, que se chama ODS. Tem uma consulta pública que está aberta, o mundo inteiro está colocando, inserindo nessa consulta pública, os temas principais para serem discutidos a partir de 2015. Então um Conselho como esse é importantíssimo. (incompreensível) já domina, já tem um acúmulo de propostas de meio ambiente, eu vi aqui várias explicações. Aqui são pessoas que já pensam essa área ambiental, e como o Brasil defendeu na Rio +20, que é o que o Brasil defende, desenvolvimento sustentável com inclusão social. Essa é a proposta que o governo brasileiro vai levar para os fóruns internacionais. A diferença dos dois objetivos é que o ODM, ele foi imposto de cima para baixo. A ONU ouviu as pessoas, mas ela impôs os oito objetivos. Agora, não. A sociedade civil está escolhendo. Fazendo uma votação pública. O Brasil é um dos países que está sediando esse movimento de votação. Depois, para quem for interessado, eu passo por e-mail como é que vota esses temas. São 17 temas que já estão, mais ou menos, selecionados mundialmente. Que tiveram mais apoio e mais adesão. E eu passo para você e você passa para eles depois, por e-mail. Mas a importância de vocês é participar dessa consulta pública, escolher esses temas, depois eu posso vir com mais tempo. Acabando o processo eleitoral... porque na verdade, eu estou de férias. A Cris me chamou para apresentar um pouco os ODMs aqui. E vim para São Paulo por motivos óbvios. Eu tirei férias para fazer campanha. Mas eu aproveitei esse espaço. Ela me convidou para vir aqui, para falar... Isso aqui não tem a ver com política. É um movimento apartidário. É claro que ele é político. Mas ele é apartidário, ele é ecumênico. Ele não tem... ele é plural. E é importante aqui também... ele tem reitor de universidade, que as universidades (incompreensível)... Nós estamos dentro de uma universidade. Na verdade, por isso que eu estou aqui. Porque eu estou de férias, mas é porque é um tema importante. Que não tem a ver aqui, com esse momento de contaminação do processo eleitoral, que está muito... singindo o Brasil. Está horrível discutir nessa época, mas eu acho que esse é um tema que vocês têm muito a colaborar. É uma plataforma mundial. Ela é humanitária. Ela não tem a ver com o nosso umbigo. Ela é para o planeta, é um bem para o planeta, e eu convido a todos que participem dessa consulta. (incompreensível) adiram a essa proposta mundial. São Paulo, graças a Deus, conseguiu formar aqui, o núcleo municipal. Aqui, é o trabalho muito da Nina, e da Cris e do Ivo, que estão à frente disso. A prefeitura de São Paulo está instituindo o núcleo municipal. No estado, infelizmente, a gente não conseguiu ter essa interlocução de conseguir fazer o núcleo. A prefeitura de São Paulo, graças a Deus, abraçou essa causa, e o prefeito já assinou o decreto, Nina?

(colocação fora do microfone) O CICOMI já está assinado, o compromisso. O outro compromisso ainda está...

Dorian Vás: E eu queria mostrar para vocês o que é a importância... é uma coisa rápida, de a gente está querendo levar isso para todos os municípios. O Brasil, na média, como eu já disse, ele está muito bem. Quando a gente faz o recorte para os estados... aqui tem esse mapa? Só para vocês entenderem. O mapa do Brasil, em relação às ODMs, é esse verde aqui. Ou seja, nós estamos bem em todos os indicadores, e



ultrapassamos todas as metas. Quando o recorte vai para os estados, a situação fica assim: o vermelhinho é onde a gente não vai conseguir cumprir a maioria das metas. Quando desce para os municípios, fica todo pintado. Significa que a gente está bem na média, mas que nos bolsões, no interior, a gente ainda precisa avançar muito em todos os indicadores. Quase todos. Então a ONU percebendo essa dificuldade dos países cumprirem as metas do milênio, propôs que a gente municipalizasse as ODMs. O que é isso? Levar para os municípios essa plataforma. E para isso, lançou dois instrumentos. A agenda de compromissos que chama, que é um instrumento que tem aí nesse livrinho que vocês receberam aí, que os prefeitos aderem a essa agenda, e para isso, eles fazem políticas públicas que têm a ver com as ODMs, para ajudar o Brasil a alcançar as metas. E tem outro programa que chama Portal ODM, que foi feito pelo Ministério do Planejamento, Secretaria Geral e PNUD, que ele dá o diagnóstico dos 5600 municípios brasileiros, em relação a cada um dos objetivos. Ou se você quiser saber como é que está São Paulo, como é que está Sorocaba, como é que está Itu, basta olhar no mapa, que tem lá, todos os indicadores. É claro que é uma média porque os indicadores são oficiais. Mas muitas vezes, há um descompasso entre a aferição daquele indicador e a entrada dele em banco de dados, mas pelo menos, ele indica um viés. Se aquele indicador de São Paulo apontar, por exemplo, que aqui tem muita mortalidade infantil, mesmo que tenha melhorado o indicador, aquele aponta que tem que olhar para esse lado. Fazer política pública naquele sentido. Esse portal tem aí nesse material, vocês podem olhar qualquer indicador, e tem também, o que pode ser feito de política pública para isso. O que a gente faz aqui, em um Conselho como esse. É multiplicar isso. É disseminar esse conhecimento. É passar para as pessoas. Como ela apresentou o negócio do óleo, a gente também pode fazer isso em cada escola, em cada associação de bairro, em cada central sindical como na UGT... eu uso muito o espaço da UGT para fazer isso lá, que o (incompreensível) nos dá apoio desde o início. Então a minha estada aqui, a minha vinda aqui, tem muito a ver com isso. É a partir desses movimentos, dessas reuniões, é que podem sair propostas novas de adesão e de caminhar. A gente está em um caminhar para chegar em 2015, com o Brasil cumprindo todas as metas. Eu agradeço muito. Me coloco à disposição, se tiver alguma pergunta. A apresentação aqui me deram cinco minutos. Acho que eu cumpri o tempo. E se alguém tiver alguma dúvida, eu estou aqui, à disposição, para responder. E muito obrigada a todos e a todas. E espero contar com todos e todas para a gente conseguir avançar, mudar e transformar o mundo e o Brasil. Obrigada.

Secretário Wanderley: Obrigado, Dorian.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Dando sequência à ordem do dia, no item 3, sugestão para a pauta da próxima reunião e assuntos gerais, eu quero colocar em votação a criação da Comissão Especial de Elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica. Os Conselheiros que estão favoráveis à criação dessa comissão, permaneçam como estão. E aqueles que desejarem fazer parte dessa comissão especial, eu solicito que enviem um e-mail ao ca-des@prefeitura.sp.gov.br, para que a gente possa marcar a primeira reunião. E na sequência, você pode falar no microfone, por gentileza, Célia Marcondes?



Cons. Célia Marcondes: Número de Conselheiros para esse caso da Mata Atlântica, e qual o critério disso, e a participação desses Conselheiros? Para que a gente possa postular, sabendo o que vai fazer.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: O número de pessoas para se criar uma Comissão, tem que ser o mínimo de seis. A partir daí, o Leandro, a gente pode fazer esse trabalho em conjunto, para trazer essas informações. Leandro, por favor.

Leandro: Então, Célia. A ideia é a gente ter o maior número possível de Conselheiros do CADES. E que essa Comissão também seja uma Comissão aberta para que convidemos outras pessoas. Por exemplo, o legislativo municipal, outras ONGs que não compõem o CADES oficialmente. Porque a criação dessa Comissão tem essa prerrogativa também. A gente pode ampliar essa participação. A Secretaria do Verde, ela é a coordenadora do processo. E lá dentro do Verde, o Secretário me designou para ser o coordenador geral. Então eu vou tocar o processo junto com vocês. Agora, como todo processo participativo, ele vai ser construído junto. Então todos os critérios, as regras, a gente vai fazer a partir da primeira reunião. A gente vai construir, talvez, cause certo constrangimento, como foi na reunião passada, quando a gente apresentou aqui a proposta, porque é tudo no início, mesmo. A gente não veio com nada pronto. A gente só tem a ideia de que vai começar a criar, e a gente precisa fazer esse plano urgente. Então essa é a ideia. Eu peço o maior número possível de Conselheiros, que façam parte dessa Comissão. E a gente já marca uma próxima reunião, no mais tardar para o final desse mês, no início do mês que vem. Passando o processo eleitoral, a gente já começa a fazer a primeira reunião. E já vamos trabalhar. Vamos elaborar o plano de trabalho.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Mais algum item de inclusão para a próxima pauta?
Célia Marcondes.

Cons. Célia Marcondes: No início da reunião, o Secretário falou da questão do Rodoanel. E que a Secretaria desconhece esse licenciamento, e o que deveria estar sendo tratado no município de São Paulo. Afinal, nós temos o território. É aqui que o impacto está acontecendo. É aqui que o crime ambiental está acontecendo. Então eu gostaria de propor que se convidasse a Secretaria de Estado a vir apresentar aqui, esses documentos. Quero informar que quando teve o problema da Marginal, eu advoguei para dez entidades, e entrei com uma ação civil pública contra o Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a Dersa. Aquela ação que conheceu-se por aí, a ação civil pública, eu fui advogada do processo. E o município de São Paulo ainda não apresentou. O Estado de São Paulo ainda não pagou a compensação ambiental da Marginal do Tietê. Ainda é uma caixa preta. E também é outro caso que a gente precisa pedir para vir aqui, a esse Conselho, fazer uma prestação de contas. Então são duas pautas. Eu acho importantíssimo. Esta do Rodoanel, que o Secretário bem falou, que o estado deveria ser "convidado" a aparecer aqui, e dar conta do recado. E do município, prestação de contas da compensação ambiental da Marginal do Tietê, que nem para o Ministério Público informaram ainda.



Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada, Célia Marcondes. A Cris Palmieri, e senhor Ângelo, e estão encerradas as inscrições pelo avançado da hora.

Cris Palmieri: Bom dia a todas e a todos. Cris Palmieri, da UGT. Primeiramente, eu queria parabenizar o Secretário quando ele colocou sobre São Paulo sustentável. Que a gente já vem, há longa data, ouvindo sobre as questões de desenvolvimento sustentável, cidade sustentável, verde, uma cidade resiliente, uma cidade inteligente. Todos os temas que envolvem ao crescimento, ao desenvolvimento. E o que a gente precisa é ter bairros sustentáveis. A cidade. Mas os bairros para quê? Para que haja inclusão social. Realmente falar em economia, com a sustentabilidade envolvida. Quer dizer, e o meio ambiente. Se nós tivermos a questão da educação junto com a questão cultural, nós vamos, realmente, ter uma cidade sustentável. Então nós estamos falando, e por isso que eu gostaria de propor aqui, que a gente pensasse em uma Comissão para poder, junto com o poder público, também outros Conselhos, fazer aí pela frente, o ano que vem, um encontro, vamos dizer assim, para poder empoderar as regiões de informação, para levar o que... porque tudo o que a gente vê é o que falta. Informação e sensibilização é um fator importante para que haja conscientização e transformação. Então nesse sentido. E parabenizar as duas apresentações. A da Célia, que essas boas práticas que a gente vem divulgando e batalhando dentro da rede das Agendas 21, não é, Ivo. E dentro também, do movimento estadual, e do movimento municipal dos objetivos do desenvolvimento do Milênio, que são para os países em desenvolvimento. Só que está vindo o objetivo do desenvolvimento sustentável, que é para todos os países. Um compromisso para 2016, onde nós vamos estar envolvidos. E aí, a gente precisa do que? Plano de Educação Ambiental, Plano em relação à Mata Atlântica, proteção do nosso ambiente. Porque sem recursos, a gente não... E o recurso... Isso não é só um recurso. É um bem natural. Que a gente tem que pensar de uma maneira diferente. Um conceito diferente. Um conceito mais sustentável, em relação a como nós vivemos nas cidades. E pensar também, nas mudanças climáticas. Nós temos aqui, a COP12. Agora, nós vamos para a COP20. A COP12 é biodiversidade, a Conferência da ONU. Em dezembro, tem a conferência sobre mudanças climáticas. E sendo que dos objetivos do desenvolvimento do Milênio, do Desenvolvimento Sustentável, 9 itens dos 17, das 48 metas, são em relação às mudanças climáticas nas cidades. Nos meios urbanos. Então nós precisamos nos ater a essas questões. Então a gente está vendo aqui, o quê? Eu fico feliz hoje, porque eu escutei educação ambiental, e escutei conservação, eu escutei sustentabilidade, é uma coisa que a gente está ouvindo de forma fragmentada esses conceitos, e a gente precisa debater. Debater Cada um de nós, cada região, nós não estamos só representando a região ou aqui... Nós estamos representando a nossa cidade. Nós queremos um bem-estar, uma qualidade de vida para todos. Então, a minha proposta é da gente pensar aqui, Conselheiros, de pensar em um encontro com todas as regiões, com vários Conselheiros, para empoderar essa sociedade. A sociedade somos todos nós. Todos os setores, todos os segmentos. E dali realmente, a gente contribuir, trazer as demandas, e ajudar. Porque as conferências mostraram isso. Que as demandas, as políticas públicas vieram também, oriundas das demandas das conferências. Então



tem um encontro aqui com os Conselheiros, esses representantes. Está aqui a minha fala. E parablenho hoje, porque hoje eu tenho muito assunto para levar para a base. Não só para o município de São Paulo, mas para todo o estado, e também para outros estados. O que São Paulo está avançando. Hoje eu senti esse avanço. Obrigada.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Senhor Ângelo.

Cons. Ângelo: Fórum para Desenvolvimento da Zona Leste. Eu queria sugerir que em um dos próximos encontros pudesse fazer uma exposição a respeito, como encontramos, como está, e o que tem de fazer ainda, do Parque da Conquista. O Conselheiro vai falar, mas hoje só fala do Parque da Conquista, só fala do Parque da Conquista. É que a situação lá, nós encontramos uma situação de 3 mil espécies nativas, queimadas, para o pessoal abrir uma clareira para fazer barracos, construção. Fora as construções já, de alvenaria, que têm dentro do Parque. Um parque que tem até linha de ônibus fazendo manobra dentro do parque. Eu acho que a gente tem de ter mais carinho para as nossas coisas, fora a questão, também, de ser um parque que foi dividido pelo Rodoanel. Que é uma dificuldade para administrar, porque um administrador só, não tem... ele já é grande por natureza. E é dividido pelo Rodoanel. Aí dá possibilidade, alguém do Conselho, do CADES de São Mateus viria fazer essa apresentação. Obrigado.

Secretário Wanderley: Bom, só para título de esclarecimento. O Conselheiro está falando do Parque da Conquista, eu acho que são as medidas administrativas. Claro que você vai ter que ser informado, e deva ser informado no dia a dia. Mas trata-se, gente, de um parque, que estava sendo ocupado pelo crime organizado. E os nossos funcionários foram convidados a se retirarem. E a 100, 150 metros, tem uma base da PM. Tem uma delegacia. Delegacia não. Tem um prédio de alvenaria. Não é uma base móvel. Tem um batalhão. Então, são problemas que a gente está lidando com a cidade de São Paulo, que é típico de uma cidade da escala de São Paulo, é isso. Agora, a gente não está parado. A gente teve uma intervenção. A gente começou a colocar equipamentos nesse parque. Começamos a fazer um campo de futebol, que também nós fomos embargados porque a gente estava criando problema ambiental. E a nossa ideia era fazer um campo de futebol pelo menos para dar um uso. Que a molecada se apropriasse daquele espaço. Mas, enfim, tem todas essas dificuldades. Mas a gente acredita que vai... a gente vai equacionar. Agora, tem que envolver a polícia, tem que envolver a promotoria da justiça, enfim, têm uma série de atores aí, envolvidos, que a gente vai ter que tomar as medidas para de fato, retomar... na verdade, a palavra é essa: é retomar essa área para a população. Eu gostaria só de frisar... que bom que têm bastante itens aqui, para a gente discutir. Eu acho que não vai dar tudo em uma única reunião. Eu também teria outro, mas eu vou fazer só uma provocação aí, para vocês pensarem em casa, nas suas reuniões de trabalho, enfim. Essa, com certeza, não vai dar. Mas para a gente pensar bastante. Quando foi elaborado o código florestal, quando ele tratou da questão da APP, ficou muito restrito. Não que ele não tocou na APP urbana, mas ele ficou muito restrito à APP rural. Até pela própria palavra, o código florestal. Contudo, nós temos



um problema aqui na cidade de São Paulo, que não é a peculiaridade nossa. São todas as cidades brasileiras. Que você tem os córregos que foram, ora retificados, ora eles foram envelopados, enfim, que têm que ter um tratamento diferenciado. Para não ficar uma hipocrisia. Você tem a cidade real, e a cidade que não é real, mas é legal. Enfim, eu acho que essa é uma discussão importante. Porque se levarmos a sério a questão da APP, nós vamos ter que eliminar com a 23 de Maio, nós vamos ter que eliminar o Anhangabaú. Então têm uma série de problemas na legislação, que uma coisa é o mundo real, outra coisa o mundo legal. E que para não ficar essa hipocrisia e também criar problemas para os órgãos de licenciamento, porque quando há dúvida do licenciamento, é muito ruim. Porque se acaba criando dificuldade, e obter facilidade. Ora, se a lei, ela é ambígua. E se eu tenho esse problema, eu posso resolver talvez, em um balcão. Isso é muito ruim. Isso é o pior dos mundos. Um funcionário resolver no balcão. Essas coisas têm que ser muito claras. Emblemático disso é o próprio Rio Tietê. No Rio Tietê, se for levar a sério a APP que está na lei, ele está lá no (incompreensível), está certo? Contudo, a cidade já foi montada dessa forma. Aí por outro lado, a gente tem os parques lineares, que dão um pouco conta disso, cujo objetivo foi esse, de você ocupar as margens para não serem ocupadas de forma indevida. Que este parque também ele trouxe um problema, os lineares. Ele tem na sua justificativa, nos considerandos, excelente, mas ele trouxe com ele também, o problema da APP. Então o que acontece com os parques lineares hoje, na cidade de São Paulo? Aqueles que foram implantados parcialmente, ou não foram implantados, ou se eles foram só no papel, eles estão muito ruins. Voltou a ocupação desordenada, enfim. Por que isso? Também, um dos motivos é que eu não consigo sequer colocar uma guarita no parque. Para levar em conta a APP. Então o administrador, na verdade, ele fica no boteco. Não que ele esteja bebendo. Ele tem que ficar. Proteger do sol, da chuva, etc. Então isso não funciona. Evidentemente, não funciona assim. Fiz essa observação com o Luce, o promotor de justiça. Também ele ficou de ajudar. E ele disse: Nós não vamos judicializar com isso. Desde que vocês façam um tipo de construção de forma adequada. E que não caracterize construção. Ou seja, não pode ser uma construção que tenha fundação, piso, etc. Então isso está indo por uma linha de fazer uma construção modular, e inclusive, com todos os itens de sustentabilidade. Teto verde, placas voltaicas, água de reuso, e que sejam também por contêineres recicláveis. Ou seja, aqueles contêineres que não têm mais uso para o transporte. Evidente que não é simplesmente colocar um contêiner. Tem arquiteto trabalhando nisso de forma acabada. Eu acho que todos vão gostar bastante desse projeto. E a gente escolheu um parque para fazer isso como piloto, que vai ser o Canivete. Se o Ministério Público assim entender que não tem problema, como ele é um projeto modular, nós vamos estender para todos os parques lineares, e aí a gente vai começar a dar conta da manutenção. Mas a PPP, gente, é um... eu acho que dá tese de doutorado. Então por isso que eu queria dividir com vocês, porque eu acho que não compete à Secretaria ou Secretário decidir. Eu acho que tem que ser uma decisão nossa, da sociedade como um todo. Mas é um tema muito recorrente. E esbarra assim,



diuturnamente, na Secretaria, no momento do licenciamento. Então nós precisamos resolver essa questão. Você vai encaminhar para ver o que entra na próxima, é isso?

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Senhor Ivo, tem que ser breve, porque a gente vai fazer o fechamento.

Cons. Ivo: (colocação fora do microfone) da cidade. Fui eleito. O Levi também. Nós fomos 1150 poucos Conselheiros. A escola de governo nos está dando cursos. É muito legal. Eu gostaria que houvesse um... levantasse uma proposta da Secretaria do Verde, fazer uma apresentação, para essas pretensas lideranças. É um aprendizado que os Conselheiros estão tendo. De ter o olhar abrangente. E nós temos muito elemento aqui, para embasar a cabecinha desses Conselheiros. Obrigado.

Secretário Wanderley: Você está falando de fazer uma apresentação aonde?

Cons. Ivo: No Conselho Participativo. Em uma das reuniões que estejam todos. É muito interessante.

Secretário Wanderley: Ok. Depois que acabar, a gente pode fazer esse fechamento, essa agenda com você.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Bom, nenhum mais Conselheiro inscrito.

Secretário Wanderley: Ah, sim. Observação... Esqueci. E é importante. Então, essa Comissão, gente, viu, Leandro, vamos deixar muito claro que é assim... quanto mais participação, evidentemente, que é melhor da gente estar potencializando mesmo. Toda discussão, quanto mais participante, melhor, a sociedade como um todo. Agora, deixar muito claro que então, ela vai ter um... não vai ter caráter deliberativo. Quem delibera é o Conselho. Só para não criar expectativa. Nós temos que respeitar o Conselho e seu estatuto.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Bom, nós vamos encaminhar para a próxima plenária, a apresentação de SMDU, e fazer análise aqui, das pautas sugeridas hoje, pelos Conselheiros. Agradecer a apresentação de Célia Marcondes e do Leandro Caetano por ter cedido esse tempo na agenda de vocês para fazer essa apresentação para o CADES. E passar a palavra para o Secretário Wanderley Meira, para fazer o fechamento da plenária. Obrigado.

Secretário Wanderley: Então, as propostas foram criação de Comissão. Que comissão?

Oradora não identificada: Essa comissão especial da Mata Atlântica.

Secretário Wanderley: Ah, especial.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Convite para o rodoanel, da Secretaria do Meio Ambiente vir aqui falar. E a sugestão para o Parque da Conquista.

Secretário Wanderley: Eu acho que assim, a discussão é ver se esses três temas dá conta. Dá tempo para discussão?



Secretária Executiva Ocleres Harkot: A gente coloca na programação do CADES.

Secretário Wanderley: O que ela está falando, prestação de contas do Tietê, você está dizendo da compensação que ainda não foi efetivamente paga. Então, eu queria falar um relato rápido, aí. Essa observação da Conselheira é importante. Porque no mês de junho, eu vou relatar exatamente o que ocorreu. O próprio prefeito tinha o entendimento de que as coisas estavam andando. Ou já tinha andado, até. Porque ele tratou isso diretamente com o governador. E eu disse para ele: não, prefeito. Tem alguma informação que não chegou para o senhor. Ela não foi feita. E aí, nós fizemos uma meia dúzia de reuniões com a Dersa a respeito desse assunto. Era papel que ia, voltava, ia, voltava, ia, voltava. Em determinado momento, a Dersa disse que quem iria fazer as obras relativas à compensação seria o DAEE. Chamamos o DAEE. O DAEE falou, não a Dersa não falou com a gente. Então ficou uma coisa assim, que... um negócio complicado. Aí chegou o ponto que o próprio prefeito... Estou falando exatamente o que ocorreu, gente. Sou muito transparente para essas coisas. Não tenho problema com isso. Chegou um determinado momento que o prefeito falou: nós temos que fazer uma reunião em uma mesa para decidir isso. Eu falei: que bom, prefeito. É bom que estejam todos os atores, que o senhor vai começar a entender quem são esses atores e quem está falando a verdade. Porque, na verdade, uma determinada pessoa que eu não vou citar o nome, por ocasião do Itaquera ainda, lá na inauguração do Itaquerão, alguém abordou o prefeito e disse que a compensação não estava feita porque a Secretaria do Verde não queria receber a compensação. É. Ele foi abordado dessa forma. E aí, ele veio conversar comigo. Eu falei: prefeito, calma. Aqui não é o momento de conversar isso. Mas assim, a Dersa é muito mais famosa do que o senhor pensa lá na Secretaria. Ela é mais famosa do que o Roberto Carlos. Então vamos conversar isso um pouco melhor. Aí o último momento que eu participei de reunião a esse respeito foi quando o prefeito fez uma brincadeira, falando, o que é melhor? A gente faz essa reunião com todos os atores na sua mesa, ou na minha? Falei: na sua. Será muito melhor. A sua mesa é muito mais bonita. E aí foi feita na mesa dele, essa reunião com todos os atores. E o documento não foi assinado, da compensação. E a gente está aguardando até agora. Porque esse documento, na verdade, era para compensar no... Era o polder do Itaim, que é uma obra importante, gente. O polder do Itaim é aquela área do Pantanal. Que a água sobe e as pessoas ficam alagadas. E tem que subir o grid. Não tem outra alternativa ali. É quase que fazer um dique. E então, esse recurso todo é para lá. Para resolver um problema sério na cidade de São Paulo. Antigo, emblemático, e todos conhecem. Importante para a cidade. E está desse jeito. Então do ponto de vista da informação, o que eu posso trazer aqui para a próxima reunião talvez é compartilhar com vocês essa documentação, do jeito que ela foi... como é que ela foi feita. Todo o arrazoado. E está lá para assinatura dos atores. O prefeito assinou. Eu já assinei. Falta a Dersa assinar. É só isso. Não. E fazer a compensação. Então, vocês acham que esses três itens aí, estruturantes, cabe em uma única reunião?

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Não.



(colocação fora do microfone)

Oradora não identificada: Senhor Secretário, tem mais um item que eu teria interesse de saber sobre o fundo dos parques. Foi criado um fundo. Eu só sei superficialmente, mas acho que caberia.

Secretário Wanderley: A senhora está falando do fundo do Plano Diretor, é isso? Não o existente. Ou o existente?

Oradora não identificada: (colocação fora do microfone) que tem doações. Fiquei sabendo. Que antes só tinha o FEMA, o Fundo Especial do Meio Ambiente. Mas agora tem um Fundo de Parques, não é?

Secretário Wanderley: Tem um Fundo... ele tem que ser regulamentado agora, até janeiro, fevereiro. A Secretaria que está cuidando dessa regulamentação. No momento adequado eu vou trazer para cá essa discussão também. Porque eu acho que é uma discussão que não pode ficar em tramuras, ela tem que ficar aberta, assim como foi o Plano Diretor. Centenas de audiências públicas. A gente vai fazer a mesma coisa com o zoneamento. O mesmo encaminhamento. A questão do Fundo, ele foi criado muito mais prevendo a aquisição de áreas verdes, aquisição para áreas de DUP. Eu já disse nesse conselho, mas eu vou falar mais uma vez, que é importante gravar esse número. Nós temos lá 154 DUPs na Secretaria, que remonta o valor de dois bilhões, ou seja, uma peça de ficção científica. Se eu tenho um orçamento de 160, não dou conta de manutenção dos parques, então é uma peça de ficção. Então esse fundo, não só para isso, mas foi criado para isso também, para tentar ser um instrumento de negociação com a iniciativa privada, que também deva ser discutido com a sociedade de São Paulo como um todo. Ora, eu tenho 154 DUPs, a maioria das áreas, o relevante interesse na área ambiental, claro, senão não estaria lá. Mas agora, grande maioria com muita relevância ambiental, o que eu vou fazer com essas áreas? Eu vou perder. O DUP tem prazo. Muitas já estão no processo mesmo para perder agora. Aí nós vamos retomar essa DUP ou vamos deixar para lá? Eu prefiro um ditado da minha avó, eu prefiro perder um dedo do que a mão. E a proposta desse conselho é para começarmos fazer uma ampla discussão na cidade de São Paulo por hipótese: eu tenho uma área de 500 mil m², é possível a gente achar na iniciativa privada algo que seja compatível com essa área de uso privado e que uma instituição renomada e transparente? Uma FIP, uma FGV faria esse cálculo. 10% para iniciativa privada? E você vai pagar desapropriação e vai implantar o parque. É uma proposta para não perder as áreas. Esse fundo pode vir a ser um instrumento para isso. Agora isso tem que ser discutido com a sociedade. O que a sociedade quer? Quer perder a área ou... É muito parecido com o Parque Augusta. Eu conversei bastante com esses jovens do Parque Augusta, eu devolvi para eles outra aflição: vocês têm a aflição do Parque Augusta, eu tenho a aflição das 154 DUPs. Eu tenho aflição de parques que têm redes de esgoto a céu aberto cortando os parques. Então eu gostaria que vocês me priorizassem o que é mais importante para a cidade de São Paulo. É o Parque Augusta? São os parques que estão sendo cortados por rede de esgoto a céu aberto? E foi interessante essa discussão com os jovens porque eles me trouxeram essas prioridades para a cidade de São Paulo, me trouxeram 35



parques. E eles começaram a entender. A gente também quer parque na Augusta, mas a gente não tem o recurso para pagar. Contudo, existe uma proposta de você manter o parque e ocupar 20% com a iniciativa privada. É bem parecido, está acontecendo na Augusta, e a gente quer levar para todas as DUPs. Agora isso não é decisão nossa, de governo. É decisão da sociedade. No momento adequado, eu vou trazer para cá essa discussão, assim que a gente tiver essa formatação um pouco mais acabada, talvez até com um case, para entender melhor. Pegar uma determinada área, que uso seria para essa área. Eu vou citar um exemplo, nós temos uma área de um milhão de m² em Perus, acontece algumas coisas na cidade de São Paulo que nós, no dia a dia, acabamos não ficando atento para alguns detalhes. A cidade de São Paulo faz quase 10 anos, ou mais, que não tem mais parque de diversão, pouca gente não percebeu isso. Não tem mais. Agora é quase inacreditável, uma cidade do porte de São Paulo não tem parque de diversão para as crianças. Essa é a questão do uso, quem sabe essa área de um milhão de m², ela não pode abrigar um parque privado e este privado bancar o restante da área e fazer o parque público. Essa que é a discussão e a importância desse fundo no Plano Diretor. Mas é para discussão. Eu tenho a minha ideia pessoal enquanto secretário, enquanto arquiteto. Mas não sou eu que decido. Mas eu acho que logo, logo nós vamos ter que fazer essa discussão. Por exemplo, vamos citar uma outra área, vamos pegar a área lá do Jardim Ângela, que é o caso da Palestina, vou citar esse exemplo que todos já conhecem da imprensa, tem uma área de dois milhões de m², ali também é uma área prevista de ZEI, para habitação popular. Olha que interessante, eu tenho uma implantação popular de baixa renda e tenho quase dois milhões de m² de área verde, as condições de vida dessa população. Vai ser excelente, é evidente, mas tem que pensar essas coisas. É evidente que vão ter casos que não vai dar para abrir mão, pela excelência da área. Mas aí nós vamos discutir, pela excelência, pela qualidade da área. Então essa é uma discussão que, com certeza, ano é da cabeça do secretário. Nós vamos ter que dividir bastante essas aflições e chegar a contento. Agora, tem que ser rápido, sob pena de começar a perder as áreas. Vamos voltar aqui, eu vou fazer uma proposta de encaminhamento, a questão do zoneamento, nós temos prazos. A ideia do prefeito é entregar o PL no final de janeiro, começo de fevereiro. Então significa que tem uma série de reuniões acontecendo, tem uma série de audiências públicas acontecendo pela SMDU. E que a nossa, seria interessante fazer antes, porque não tem sentido fazer depois de alguns fechamentos. As nossas têm que fazer as observações, para poder incluir na discussão e ser propositivo. Eu defendo que esse seja um item. APP acho que pode ficar para frente, é importante também. Acho que outra questão não é a Mata Atlântica, pela importância?

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Mata Atlântica é Comissão Especial. Só se reunir.

Secretário Wanderley: Só se reunir.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Rodoanel, chamar uma pessoa.

Secretário Wanderley: Rodoanel, eu acho fundamental importância. Até porque o que vai fazer? Semana que vem, vai tentar, fazer a primeira reunião do comitê. Comitê Gestor de acompanhamento das obras. E



aí a gente tomou a decisão, enquanto Secretaria, se a Dersa não comparecer, vamos fazer a reunião de qualquer jeito. Nós vamos começar a tomar as medidas deste conselho, e o assento da Dersa estará lá. Nós vamos divulgar para a imprensa ir lá, falar: olha, nós tomamos essa decisão, nós queremos mitigar algumas coisas desde já. A gente quer discutir com vocês como diminui esse impacto na população, de poeira, barulho, enfim. Acho que é isso. E tem outro caso agravante no Rodoanel, se vocês olharem no Google, vocês vão entender, lá tem um córrego chamado Córrego do Bispo, o Córrego do Bispo é uma crise seríssima anunciada, de área de risco. As pessoas vão morrer ali. É muito sério mesmo. No Google vocês vão perceber. Houve uma ocupação enorme, muito rápida, por conta até das obras do Rodoanel, e o que a gente está pedindo como prioridade zero, seria o cercamento para eles. Agora, como nós vamos pedir o cercamento? Eu não sei quanto... nós vamos pedir a mais? Com certeza é a menos. A gente já fez o cálculo do cercamento, pelo menos para estancar a ocupação, em conjunto com HAB, começar a fazer a retirada da população gradativamente, e recuperar essa área aí, que é uma área de risco séria, que é o Córrego do Bispo. E a gente já fez o cálculo para fazer o cercamento são 30 milhões. Que no meu entendimento não é nada perante o que deveria ser a compensação. Agora, precisa ver se eles vão fazer isso agora ou não. O prefeito já tomou a decisão, se vão fazer agora, a própria prefeitura vai fazer. Porque não dá, ali é um caso de risco eminente mesmo. E tem outras coisas. Eu só estou citando um. Então eu acho que o Rodoanel... eu colocaria o Rodoanel talvez em apenso a questão da Marginal, porque a Marginal é mais para informação, talvez. É coisa rápida. O Rodoanel talvez tenha que perder um pouco mais de tempo, na explanação, tudo. E também, claro, nós vamos fazer o convite para que a Dersa compareça. É isso, não é, a sua proposta? O que a gente pode fazer, também, como sugestão, Ocléris, é informar todos os conselheiros que vão ser esses dois itens, mas já deixar os itens que estão em apenso. Para lembrar quais são esses itens, até para facilitar a discussão na próxima reunião.

Cons. Ivo: Na questão da apresentação para ajudar nas plenárias que vão ter sobre o novo zoneamento, na próxima reunião nossa, já vai ter acontecido em torno de uns 70% de audiências nas subprefeituras. Eu não sei o coletivo aqui, como conhecimento para poder aplicar nas audiências, poucas subprefeituras que ainda teriam. Não sei se, talvez, a gente pudesse pensar em fazer, pela importância, uma extraordinária, antes do coiso, para a gente tratar somente desse assunto. Porque aí a maioria das subprefeituras já aconteceu as audiências, então só para termos conhecimento.

Secretário Wanderley: Aí vai só uma observação. A Secretaria do Verde cumpre à Secretaria a parte específica do Plano Diretor das questões ambientais. Então se tem outras questões aí, claro que a gente também deva discutir, é evidente, mas o que está no âmbito da Secretaria. A gente está no prazo. No âmbito da Secretaria, que é a questão que ela colocou do Fundo, tem a questão das macrozonas, fazer a parametrização e aquela equação matemática para fazer os custos ambientais, cota ambiental, enfim, são esses itens que vamos trazer para mesa, aqui. No que diz respeito ao meio ambiente. Então não vai ter esse prejuízo, porque nós só vamos apresentar para a discussão geral depois que passar por aqui. Essa



decisão já foi tomada na Secretaria. Neste item, meio ambiente. Não quer dizer que os outros itens não estão andando por aí, pela cidade. Até porque quem vai fazer essa apresentação junto à SMDU somos nós, junto com a SMDU. A sua preocupação é pertinente, mas eu acho que resolve.

Cons. Ivo: (colocação sem microfone). Inclusive isso, a questão da mudança da ocupação do solo, muitas áreas verdes vão ser prejudicadas. (incompreensível).

Secretário Wanderley: Mas eu acho que dá tempo, dá conta, sim. Bom, gente, pelo adiantado da hora, já tem gente aqui bem cansado. Mais uma vez obrigado a todos. E espero que as próximas reuniões sejam igual ou melhor. Aliás, cada reunião é melhor que a outra. E com certeza, viu Leandro, vamos fazer uma reunião lá na APA. Eu acho que é muito interessante. E junto com o passeio também. Aí envolve tudo, alimentação... Tem que se preocupar com tudo. Meu muito obrigado a todos mais uma vez.

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ANGELA MARIA BRANCO
ÂNGELO IERVOLINO
CÉLIA MARCONDES SMITH
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA
EDUARDO MIKALOUSKAS
EDUARDO STOROPOLI
FÁTIMA CRISTINA FARIA PALMIERI
FERNANDO BORGES FORTES
FRANCISCA RAMOS DE QUEIROZ
GEORGE DOI
HELDER AURO DOS SANTOS

IVO CARLOS VALENCIO
JÚLIO CÉZAR DOS REIS
MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO
MARCELLA C. WAHL MIGLIACCI
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
MARIA LÚCIA TANABE
MÔNICA DE SÃO THIAGO LOPES
NILCE MEIRE PEREIRA PINHO
OLGA MARIA SOARES E GROSS
RITA DE CASSIA M. DE LIMA SIQUEIRA

Conselheiros suplentes presentes:

DELSON LAPA / JOSÉ CARLOS ANDERSEN / JOSÉ ULISSES BEZERRA DE FRANÇA.

Conselheiros com justificativa de ausência:

ANA MARIA MODOLO DIZ / ANDRÉ LUIS MOURA ALCÂNTARA / JOSÉ AMÉRICO / MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS / MURILO REPLE PENTEADO ROCHA / JULIA MORENO LARA / VIVIANE DE CAMARGO VALADADES.

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot